

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**MARCELA ROSA DA SILVA**

**A EFETIVIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL POR MEIO DA APLICAÇÃO DE  
Multa COERCITIVA CONTRA AGENTES PÚBLICOS**

**CURITIBA**

**2014**

**MARCELA ROSA DA SILVA**

**A EFETIVIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL POR MEIO DA APLICAÇÃO DE  
Multa COERCITIVA CONTRA AGENTES PÚBLICOS**

Monografia apresentada como requisito  
parcial à conclusão do Curso de Direito, da  
Faculdade de Direito, Setor Ciências  
Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Cruz Arenhart

**CURITIBA**

**2014**

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**MARCELA ROSA DA SILVA**

### **A EFETIVIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL POR MEIO DA APLICAÇÃO DE Multa Coercitiva Contra Agentes Públicos**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no Curso de direito, Setor de Ciências Jurídicas, da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

---

**SÉRGIO CRUZ ARENHART**  
Orientador

---

**ELTON VENTURI**  
Primeiro Membro

---

**VICENTE DE PAULA ATAÍDE JUNIOR**  
Segundo Membro

Curitiba, 13 de novembro de 2014.

## **AGRADECIMENTOS**

A todos, meus sinceros agradecimentos:

À minha mãe, Cláudia Rosa da Silva, e ao meu pai, Márcio da Silva, pelo amor e suporte incondicionais. Obrigada pela dedicação imensurável, pelas cobranças e reconhecimento, por me apontarem os caminhos e me permitirem sonhar. Sem vocês, não seria o que sou hoje, nem teria alçado voos tão altos.

Aos meus primeiros chefes, Tiago Nunes e Tiago Zanicotti que, mesmo pela brevidade da nossa convivência, causaram impacto no começo da minha vida profissional. Graças a vocês, amadureci, me senti merecedora de confiança, responsável e competente.

Ao Dr. Rafael Vieira de Vasconcellos Pedroso, por me servir de exemplo ao exercer a magistratura com excelência e integridade. E também a todo o seu gabinete, Caio Bueno Lopes, Giovanna Maggi Maia e Luna Alves de Souza, por me proporcionarem um ótimo ambiente de estágio, por todos os ensinamentos, e por criarem comigo laços para além do expediente.

Às minhas amigas do colégio, Beatriz Borges, Fernanda Pitol e Mariana Tuyuty, que justamente por estarem alheias à minha vida acadêmica, me fizeram espairer, doer a barriga de tanto rir, e me deixaram marcas com suas personalidades únicas. Às minhas queridas Beatriz Cassou, Cláudia Nagao, Laura Maeda e Naiara Bittencourt, por me acolherem tardiamente na patota, por compartilharem dos mesmos anseios e ideais, pela amizade sincera.

Aos amigos da sala, nomeadamente, Alani Benvenuti, Allan Hillani, André Thomazoni, Andrei Hayashi, Amanda Bavaresco, Amanda Benvenuti, Carina Grossi, Felipe Gussoli, Gabriela Canedo, Isabella Cunha, Itachir Tagliari, June Cirino, Pedro Kamizi, Vinícius Cechinel e Sabrina Concienci. Sem vocês, os cinco anos de faculdade teriam sido muito mais árduos. Não poderia estar me formando em uma Turma mais maravilhosa do que essa, unida e aguerrida, da qual tenho muito orgulho de fazer parte.

Ao Pedro Pannuti, meu amigo, revisor e refúgio.

## RESUMO

O presente trabalho tem como estudo central a análise da multa coercitiva inserta no art. 461 do Código de Processo Civil como meio de efetivação da tutela jurisdicional. Sendo uma técnica de execução indireta, a multa coercitiva vem sendo utilizada como a principal ferramenta para obtenção da tutela específica do direito. Identifica-se sua função de induzir o cumprimento das decisões judiciais, por meio de uma coerção psicológica apta a vencer a recalcitrância da parte ordenada. Muito em virtude de a redação do dispositivo não especificar o modo de aplicação das astreintes, existem variadas posições doutrinárias e jurisprudenciais notadamente no que tange o destinatário do crédito e o sujeito passivo da multa. Restringindo-se à análise do Poder Público como ente devedor de obrigação de fazer, não fazer ou de entregar coisa, indaga-se quem deve ser o sujeito passivo da multa coercitiva: se a pessoa jurídica de direito público ou se o agente responsável pelo cumprimento da obrigação. Reitera-se que a eficácia da multa coercitiva pressupõe o constrangimento de uma vontade humana, para que cumpra com sua finalidade de coagir o ordenado a atender à decisão judicial. Inclina-se, ao final, sempre tendo como princípio norteador o direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva, pela possibilidade de aplicar a multa pessoalmente ao agente público competente para dar cumprimento à ordem judicial.

**Palavras-chave:** tutela jurisdicional efetiva; multa coercitiva; imposição contra Fazenda Pública; imposição contra agentes públicos; atipicidade das técnicas executivas

## ABSTRACT

The main study of this paper is the analysis of coercive fine under Article 461 of the Brazilian Civil Procedure Code as a means of ensuring effective judicial protection. The coercive fine is an indirect execution technique and it has been used as a main tool for obtaining a specific relief of the rights. It is likewise used to incite the execution of the court decision, through a psychological coercion fit for overcoming disobedience by the defaulter. Because of the Article content do not specify the way the *astreintes* can be applied, there are many doctrinal and jurisprudential positions regarding the credit receiver and the subject charged with the fee. Restricting it to the analysis of the public authorities sphere as a debtor by an affirmative or negative covenant, or thing delivery obligation, inquire who must be the person responsible for the compliance with the legal obligation. Reiterate the efficiency of the coercive fine assume the constraint of human will, so that it complies the stated purposes of coercing the person to abide the judicial decision. As disposed, always having the guiding principle as the fundamental right to the effective judiciary protection, through the possibility of applying a fine personally to the public agent to ensure court order.

**Key-words:** effective judicial protection; coercive fine; imposition against public authorities; atypicality of executive techniques.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	7
1 EFETIVIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL E MEIOS COERCITIVOS PARA A OBTENÇÃO DA TUTELA ESPECÍFICA DO DIREITO .....	9
1.1 Direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva.....	9
1.2 A ineficácia da sentença condenatória para a tutela jurisdicional do direito .	15
1.3 A efetivação da tutela específica .....	21
2 A MULTA COERCITIVA.....	26
2.1 Figuras Análogas no Direito Comparado .....	26
2.1.1 Common Law: o Contempt of Court .....	26
2.1.2 Direito alemão: A Zwangsgeld.....	29
2.1.3 Direito francês: as Astreintes .....	31
2.2 A evolução legislativa dos meios coercitivos no ordenamento jurídico brasileiro .....	33
2.3 Características.....	38
2.3.1 Natureza, função e conceito .....	38
2.3.2 Valor e Periodicidade .....	44
2.3.3 O destinatário do crédito.....	46
3 O TRATAMENTO DIFERENCIADO DO PODER PÚBLICO E SEUS AGENTES NAS OBRIGAÇÕES DE FAZER, NÃO FAZER E ENTREGAR COISA .....	50
3.1 Princípio da separação dos poderes .....	51
3.2 Atributos dos Atos Administrativos.....	54
3.3 Órgãos da Administração Pública e seus agentes – ausência de vontade? ....	55
4 O ALCANCE SUBJETIVO DA MULTA COERCITIVA .....	58
4.1 O destinatário da ordem judicial e a necessidade de coerção de sua vontade para a eficácia da multa.....	58
4.2 A possibilidade de opor ordem judicial contra terceiros .....	60
4.3 Aplicação da multa contra o Poder Público e seus agentes.....	63
4.4 O princípio da atipicidade dos meios executivos .....	70
4.5 A garantia do contraditório.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	76

## INTRODUÇÃO

Não é nova a preocupação dos juristas em estabelecer uma adequada relação entre as técnicas processuais e as necessidades substanciais do direito material. A busca pelo direito processual como ciência autônoma foi substituída pelo “processo civil de resultados”, nas palavras de Cândido Rangel Dinamarco<sup>1</sup>, por meio do qual se almeja a realização concreta dos direitos na esfera jurídica dos jurisdicionados.

Para tanto, a tutela jurisdicional efetiva foi alçada ao status de direito fundamental, exigindo-se a sua aplicabilidade imediata por meio de uma decisão judicial capaz de dar efetividade ao direito material no caso concreto.

As reformas legislativas que alteraram o Código de Processo Civil nos anos 1994 e 2002 foram norteadas por essa atual preocupação da ciência processual. De forma mais precisa, o advento dos meios executivos inseridos no novo sistema de tutela executiva mostra a clara preocupação do legislador na consecução da tutela específica.

A exposição do tema partirá dessas premissas para identificar a aplicabilidade da multa coercitiva, inserida no âmbito da tutela executiva, como técnica realizadora do direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva. No primeiro capítulo restará identificado que o Poder Judiciário não se desincumbe do dever de prestar tutela jurisdicional pela decisão final incapaz de surtir efeitos no mundo fático dos jurisdicionados. Como solução à ineficácia da sentença condenatória, reconhece-se que o sistema executivo inserto nos arts. 461 e 461-A do CPC conta com um arcabouço de técnicas processuais com aptidão para realizar a tutela de direitos até então carentes de proteção pelo procedimento clássico da execução forçada, quais sejam, aqueles dependentes de obrigações de fazer, não fazer e entrega de coisa.

Dentre essas técnicas executivas, o segundo capítulo se preocupará em destacar a função da multa coercitiva como medida apta a conferir efetividade às ordens judiciais por meio da coação da vontade do responsável pelo cumprimento da decisão. Reconhece-se que a multa tem sido largamente utilizada, porém sem a devida acuidade, não havendo tratamento uníssono sequer quanto ao destinatário do seu crédito. Em razão disso, a comparação desse instituto com técnicas análogas do

---

<sup>1</sup> *Instituições de Direito Processual Civil*. Vol. I. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 111.



direito comparado, bem como a exata compreensão das características da multa coercitiva se impõe, e será objeto de estudo do segundo capítulo.

Na última parte será analisado o sujeito passivo da multa, notadamente quando o responsável pelo cumprimento da decisão judicial é um terceiro ou o Poder Público. No que se refere a este último, a técnica coercitiva tem surtido pouco efeito, apesar da ampla aplicação pelos tribunais brasileiros. Tendo em vista o tratamento diferenciado do Poder Público em juízo, serão abordadas em capítulo específico algumas prerrogativas que podem criar obstáculos à eficácia da multa quando imposta aos entes públicos ou aos seus agentes.

Dessa forma, se chegará ao ponto central do presente estudo: sempre tendo por pano de fundo o direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva, se verificará a possibilidade de imposição da multa ao agente público, no último capítulo, apurando-se as possíveis dificuldades geradas com a escolha desse sujeito.

## 1 EFETIVIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL E MEIOS COERCITIVOS PARA A OBTENÇÃO DA TUTELA ESPECÍFICA DO DIREITO

### 1.1 Direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva

Foi-se o tempo em que o Estado era um mero declarador de garantias individuais e protetor das ingerências nas liberdades dos cidadãos. Na transição do Estado liberal para o Estado de Direito Social ocorrida no século XX, o aparato estatal transformou-se em agente realizador de direitos e garantias fundamentais. Essa moderna concepção exigiu uma nova mentalidade de que o processo é um instrumento de acesso à Justiça e um garante do exercício da cidadania<sup>2</sup>. Como consigna Luiz Guilherme Marinoni, o processo no Estado Constitucional é uma técnica processual destinada à efetividade dos direitos<sup>3</sup>.

Ou seja, uma vez superada a visão tradicional dos direitos subjetivos como garantias do cidadão em face do Estado, os direitos (materiais e processuais) surgem, a partir do século XX, como possibilidades de realização de relações sociais mais igualitárias, como meio de exercício positivo de cidadania pela via jurisdicional<sup>4</sup>.

Desde então, o Judiciário passa a se preocupar com a efetividade, com a “perseguição de *resultados* que correspondessem à melhor e mais justa composição dos litígios”<sup>5</sup> (grifo no original).

O art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, dispõe que “*a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito*”. Da leitura do dispositivo é possível entender a garantia aos particulares do direito de ação, nele compreendido o direito à solução do litígio por meio de sentença de mérito.

Ocorre que o autor, quando se socorre do Poder Judiciário, não busca apenas uma decisão final; pretende, sim, ter direito à tutela do direito material que entende lhe caber<sup>6</sup>. Com exceção das hipóteses em que a parte vencedora se satisfaz com a mera pronúncia do seu direito, não exigindo nenhuma ação material (é o caso dos

---

<sup>2</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. Tutela específica das obrigações de fazer e não fazer. *Revista de Processo*, São Paulo, nº 105, ano 27, jan/mar 2002. p. 10-11.

<sup>3</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. *Técnica processual e tutela dos direitos*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 21.

<sup>4</sup> DE OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro. *Os direitos fundamentais à efetividade e à segurança em perspectiva dinâmica*, p. 60-63.

<sup>5</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Ibid.*, p. 11.

<sup>6</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. *Ibid.*, p. 128.

processos findos por sentença declaratória ou constitutiva)<sup>7</sup>, o julgamento de mérito somente terá repercussões na esfera individual das partes se o direito material em litígio for de fato realizado. A pronúncia da decisão pelo juiz não é capaz, por si só, de modificar a realidade do mundo fático como pretende a parte vencedora<sup>8</sup> – seja o autor ou o réu.

O processo civil somente poderá ser considerado eficaz quando seu resultado assegura ao vencedor a efetivação concreta da tutela buscada, o gozo pleno do direito que lhe é reconhecido pelo ordenamento<sup>9</sup>, direito esse que se teria realizado no plano material se sua pretensão não tivesse sido resistida<sup>10</sup>.

Portanto, o direito de ação assegurado constitucionalmente no dispositivo supracitado surge justamente para eliminar o abismo existente entre o direito material e o direito processual, pois esse deve ser utilizado como instrumento para “dar, quanto for possível praticamente, a quem tenha um direito tudo aquilo e somente aquilo que ele tenha direito de conseguir”<sup>11</sup>.

O conhecidíssimo excerto da obra de Chiovenda, replicada em inúmeros trabalhos preocupados com a efetividade do processo, está em consonância com a lição de Cândido Rangel Dinamarco<sup>12</sup>, por meio da qual sustenta o autor que o processo só cumpre sua finalidade como instrumento hábil à efetivação dos direitos materiais. É o que o jurista denomina de processo civil de resultados, uma vez que a utilidade do processo reside na sua capacidade de “propiciar ao sujeito que tiver razão uma situação melhor do que aquela em que se encontrava antes do processo”<sup>13</sup>.

Essa simbiose entre direito material e processual assim se deve operar porque, no Estado Democrático de Direito, deve-se divisar o processo como uma técnica adequada e idônea para a efetividade de direitos. Suas formalidades não são

---

<sup>7</sup> MOREIRA, José Carlos Barbosa. Notas sobre o problema da “efetividade” do processo. In: GRINOVER, A. P. (et al.). *Estudos de direito processual em homenagem a José Frederico Marques no seu 70º aniversário*. São Paulo: Saraiva, 1982, p. 216.

<sup>8</sup> ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. O direito constitucional à jurisdição. In: TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo (Coord.). *As garantias do cidadão na justiça*. São Paulo: Saraiva, 1993, p. 40

<sup>9</sup> MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Ibid.*, p. 204.

<sup>10</sup> ALEIXO, Pedro Scherer de Mello. O direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva na ordem jurídica brasileira. In: MONTEIRO, A. P.; NEUNER, J.; SARLET, I. W. (Org.). *Direitos fundamentais e direito privado: uma perspectiva de direito comparado*. Coimbra: Almedina, 2007, p. 418.

<sup>11</sup> CHIOVENDA 1930 apud GRINOVER. Paixão e morte do “contempt of court” brasileiro (art. 14 do Código de Processo Civil). In: CALMON, Eliana; BULOS, Uadi Lammêgo (Coord.). *Direito processual (inovações e perspectivas): estudos em homenagem ao ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira*. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 2

<sup>12</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. *A instrumentalidade do processo*. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 1996, *passim*.

<sup>13</sup> Id. *Instituições de Direito Processual Civil*. Vol. I. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 111.

perseguidas como um fim em si mesmo<sup>14</sup>, senão como meio hábil para realização do direito substancial, no qual haja uma correspondência entre o direito a ser reconhecido e sua real carência na esfera fática<sup>15</sup>.

Dessa forma, o processo não é indiferente às necessidades do direito material; pelo contrário, tem que ser compreendido justamente como um instrumento adequado a atendê-lo: “É função do jurista conceber mecanismos de proteção jurisdicional aderentes à realidade de direito material (...), ao intuito de sempre lograr obter o melhor resultado possível no processo”<sup>16</sup>. Defende-se, portanto, a não prevalência da autonomia entre processo e direito material, uma vez que aquele deve adaptar e submeter suas regras às diferentes situações materiais<sup>17</sup>.

O processo passou a ser estudado como meio de valorizar o direito como um todo e de assegurar efetividade às garantias e mandamentos de todo o direito de fundo, de maneira que nenhum dos dois segmentos possa ser visualizado isoladamente, senão como aspectos indissociáveis de uma única realidade normativa<sup>18</sup>.

Por conseguinte, o processo contemporâneo não deve se limitar a uma decisão final em que se solucione a pretensão do autor. Para que se cumpra a jurisdição, Arenhart leciona que a tutela jurisdicional deve tomar uma acepção para além do mero provimento emanado da jurisdição:

O termo tutela jurisdicional há de ser entendido como a resposta do Estado ao direito de ação – compreendido este não somente como o direito de provocar a jurisdição, mas sim como o direito à adequada prestação jurisdicional, envolvendo o direito a um procedimento, a um provimento e a meios executórios adequados às peculiaridades da pretensão de direito material<sup>19</sup>.

No mesmo sentido, Carmen Lúcia Antunes Rocha, ao definir o direito à jurisdição como o direito de buscar a prestação estatal para fazer valer direitos<sup>20</sup>, explica que o acesso aos órgãos jurisdicionais e a resposta estatal para o litígio não

<sup>14</sup> ALEIXO, Pedro Scherer de Mello. *O direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva na ordem jurídica brasileira*, p. 423.

<sup>15</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. *A tutela inibitória da vida privada*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, p. 33.

<sup>16</sup> Ibid., p. 20-21.

<sup>17</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Tutela específica das obrigações de fazer e não fazer*, p. 13.

<sup>18</sup> Ibid., p. 13.

<sup>19</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. Ibid., p. 39.

<sup>20</sup> ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. *O direito constitucional à jurisdição*, p. 32.

bastam para que se diga que a jurisdição foi prestada. É necessário ainda que a prestação jurisdicional seja garantida por meio de um processo adequado e eficiente: “Sem o procedimento adequado e o processo legal devido, a jurisdição não será eficiente para tornar efetivo o direito assegurado constitucionalmente”<sup>21</sup>.

Isso não significa afirmar que somente haverá prestação da tutela jurisdicional quando do acolhimento da pretensão do autor. Ainda que, ao final do processo, reconheça-se que o autor não tenha razão, ou seja, sem conceder a tutela do direito subjetivo pleiteado, haverá a prestação jurisdicional efetiva quando for conferido aos jurisdicionados um adequado tratamento por parte do Estado<sup>22</sup>. Por isso a importância de se diferenciar o direito à tutela jurisdicional, dado ao litigante que tenha razão, e a prestação jurisdicional, que deve ocorrer sempre para que se possa solucionar o conflito jurídico, ainda que esse provimento seja desfavorável ao autor<sup>23</sup>.

Tal conceituação da tutela jurisdicional supera, portanto, a visão de que o processo tutela os direitos do autor, baseada no direito à sentença favorável, e reconhece o processo civil como instrumento do Estado para o exercício da jurisdição<sup>24</sup>.

Desta feita, a tutela como proteção efetiva do direito postulado deve significar direito ao provimento e aos meios executivos capazes de dar efetividade ao direito no caso concreto<sup>25</sup>. Essa é a concepção mais adequada ao termo tutela jurisdicional dos direitos, pois ajustada à realidade de direito material.

O instituto da tutela jurisdicional deve ser estudado de forma mais elastecida, portanto,

Para com ele designar mais do que apenas o resultado do processo, mas também os meios predispostos à obtenção da respectiva decisão. Estes devem corresponder à natureza da relação material controvertida e aos objetivos do processo, de sorte a propiciarem resultados mais aderentes às situações carentes de tutela. Tais meios configuram o que se convencionou chamar ‘técnica processual’<sup>26</sup>.

---

<sup>21</sup> ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. *O direito constitucional à jurisdição*, p. 40.

<sup>22</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. *A tutela inibitória da vida privada*, p. 40.

<sup>23</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*, p. 110.

<sup>24</sup> DINAMARCO 2001a *apud* HERTEL, Daniel Roberto. *Técnica processual e tutela jurisdicional: a instrumentalidade substancial das formas*. 2004, 176 p. Dissertação (Mestrado em Direitos e Garantias Constitucionais Fundamentais) – Faculdade de Direito de Vitória, Espírito Santo, 2004, p. 47.

<sup>25</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. *Técnica processual e tutela dos direitos*, p. 140-141.

<sup>26</sup> ALEIXO, Pedro Scherer de Mello. *O direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva na ordem jurídica brasileira*, p. 420.

No mesmo sentido, Luiz Guilherme Marinoni leciona que o direito à tutela jurisdicional efetiva é compreendido por três outros direitos: o direito à técnica processual adequada (a norma processual), o direito de participar do procedimento adequado, e ainda, o direito à resposta do juiz – a própria resposta jurisdicional<sup>27</sup>.

Em suma, uma leitura hodierna do art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, supera a categoria do direito abstrato de ação dos cidadãos e determina uma garantia de resultado concreto no direito do particular. O direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva e adequada insculpido no texto constitucional resulta, por conseguinte, no direito de exigir do aparato judiciário o decorrer completo do processo (em um tempo razoável), com emissão de um pronunciamento que possa ser realizado efetivamente do ponto de vista material<sup>28</sup>.

A consagração do direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva enseja “o ‘coroamento’ da estatalidade jurídico-democrática”<sup>29</sup>, pois a concretização de tal direito garantiria a realização de todos os demais direitos estabelecidos no ordenamento jurídico. Marinoni também posiciona-se no sentido de que da plena realização do direito à prestação jurisdicional efetiva dependem todos os demais direitos<sup>30</sup>.

O direito à tutela jurisdicional efetiva, tal como alçado a status de norma jurídica constitucional, implica sua aplicabilidade direta imediata, o que vincula o legislador e o juiz ao dever de prestá-lo *incontinenti*<sup>31</sup>.

Em virtude disso, devido à impossibilidade de os direitos fundamentais regularem a sua própria aplicação, e considerando a indeclinabilidade da sua observância pelo Estado, é que se defende o dever do legislador em estabelecer técnicas processuais as mais aptas à tutela das diversas situações de direito substancial<sup>32</sup>.

E, diante de omissão ou insuficiência da lei processual, o direito à tutela jurisdicional efetiva depende ainda da extensão dos poderes-deveres do juiz. Com isso se quer dizer que “tem o juiz o dever jurídico-constitucional de adotar condutas

---

<sup>27</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. *Técnica processual e tutela dos direitos*, p. 144-145.

<sup>28</sup> DE OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro. *Os direitos fundamentais à efetividade e à segurança em perspectiva dinâmica*, p. 65.

<sup>29</sup> ALEIXO, Pedro Scherer de Mello. *O direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva na ordem jurídica brasileira*, p. 417

<sup>30</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. *Ibid.*, p. 144.

<sup>31</sup> Art. 5º, §1º, CF: “As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata”.

<sup>32</sup> ALEIXO, Pedro Scherer de Mello. *Ibid*, p. 425

tendentes a conferir eficácia aos direitos fundamentais”<sup>33</sup>, promovendo ele mesmo o preenchimento das lacunas deixadas pelo legislativo.

É justamente da leitura do art. 5º, §1º, da Constituição Federal, que se infere o dever do magistrado de, além de interpretar as leis processuais à luz do direito à tutela jurisdicional efetiva, conduzir o processo no sentido de cumprir o direito fundamental mesmo nos casos de omissão legislativa. Isso porque tal diretiva compromete todo o Poder Público, e não somente o legislador<sup>34</sup>. Assim, o direito à tutela jurisdicional se dirige também à obtenção de uma prestação do juiz:

Há que entender que o cidadão não tem simples direito à técnica processual evidenciada na lei, mas direito a um determinado *comportamento* judicial que seja capaz de conformar a regra processual com as necessidades do direito material e dos casos concretos<sup>35</sup>. (Grifo no original)

Desta feita, sendo o direito fundamental da adequada tutela jurisdicional uma prestação que se dirige também ao juiz, este tem a função de interpretar e aplicar as normas adequadas e necessárias à situação carente de tutela no caso concreto.

Prova dessa dupla função do aparato estatal para o atendimento à adequada tutela jurisdicional é o disposto nos arts. 461 do Código de Processo Civil e art. 84 do Código de Defesa do Consumidor. Nas palavras de Marinoni,

Os arts. 461 do CPC e 84 do CDC instituem verdadeiras ‘cláusulas gerais processuais’, dando ao juiz o poder de definir a medida executiva adequada e necessária ao caso concreto. Esses artigos, cientes de que o juiz, para prestar a adequada tutela jurisdicional deve ter uma maior parcela de poder, outorgaram ao magistrado um espaço de discricão que deve ser preenchido pelas necessidades do direito material e pelos direitos fundamentais à tutela jurisdicional efetiva e de defesa<sup>36</sup>.

Cândido Rangel Dinamarco defende que a inserção dos artigos 461 e 461-A do CPC e 84 do CDC demonstrou a preocupação do legislador com o processo civil de resultados. Isso porque os dispositivos regulam obrigações propensas ao inadimplemento e abarcam situações até então carentes de tutela pelo processo

---

<sup>33</sup> ALEIXO, Pedro Scherer de Mello. *O direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva na ordem jurídica brasileira*, p. 427.

<sup>34</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. *Técnica processual e tutela dos direitos*, p. 170 e seguintes.

<sup>35</sup> *Ibid.*, p. 173.

<sup>36</sup> *Ibid.*, p. 25.

executivo clássico<sup>37</sup>. A técnica processual inserta no art. 461 do CPC será objeto de estudo pormenorizada adiante.

## 1.2 A ineficácia da sentença condenatória para a tutela jurisdicional do direito

Como afirmado anteriormente, não é suficiente que se profira uma decisão a respeito do litígio para o qual o aparato estatal fora acionado, sem que a decisão se realize. O direito à jurisdição aperfeiçoa-se com a eficácia da solução da lide, ou seja, quando “produz os efeitos e as modificações no mundo a que ela [a decisão] se propõe”<sup>38</sup>.

Defende-se inclusive que afirmar um direito sem que se tenha condições de realizá-lo materialmente para o indivíduo desconsideraria todo o sistema jurídico pela lesão da garantia da jurisdição. Seria como fraudar o direito afirmado e frustrar o direito à jurisdição constitucionalmente assegurado<sup>39</sup>. É o mesmo que não tutelar o direito concedido, valendo pouco mais que o não reconhecimento desse direito pelo ordenamento<sup>40</sup>.

Faz-se imprescindível, portanto, que a decisão proferida seja executada, para que se complete a tutela jurisdicional efetiva e que ocorra a produção dos efeitos da decisão<sup>41</sup>.

Ante a multiplicidade de necessidades do direito material, as sentenças nada mais são do que instrumentos ou técnicas processuais aptas a tutelar o direito subjetivo<sup>42</sup>.

Cândido Rangel Dinamarco leciona que é por meio do pronunciamento da sentença que a tutela jurisdicional se produz<sup>43</sup>. Tutela jurisdicional não se confunde com sentença, uma vez que pode ser concedida não só pela decisão final, mas também liminarmente. Sendo o processo de conhecimento um instrumento com a finalidade de produzir a tutela jurisdicional por meio de suas decisões, é importante

<sup>37</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*, p. 111-112.

<sup>38</sup> ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. *O direito constitucional à jurisdição*, p. 41.

<sup>39</sup> Ibidem.

<sup>40</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. *A tutela inibitória da vida privada*, p. 32-33.

<sup>41</sup> ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. Ibid., p. 41.

<sup>42</sup> MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Curso de Processo Civil: Processo de Conhecimento*. v. 2, 10ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 415.

<sup>43</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. Ibid., p. 201.



que se conheça o tipo de solução que clamam os litigantes para que se faça uso de diferentes técnicas processuais, alcançando-se a tutela jurisdicional adequada<sup>44</sup>.

Partindo-se dessa premissa é que se costuma distinguir as diferentes modalidades de sentenças entre satisfativas e não satisfativas. A primeira categoria, nomeada por Marcelo Lima Guerra como sentença autossuficiente<sup>45</sup>, encerra a prestação da tutela jurisdicional nela mesma, atendendo a proteção do direito subjetivo. As sentenças não satisfativas, por sua vez,

são aquelas sentenças de mérito as quais não proporcionam à parte vitoriosa a satisfação de uma necessidade específica de proteção jurisdicional, consistindo apenas em um requisito (instrumento), imposto pela lei, para que outras providências jurisdicionais possam ser emitidas<sup>46</sup>.

Para se diferenciar os provimentos, a doutrina unanimemente distinguia as sentenças em declaratória, constitutiva e condenatória, usando como critério as diferentes maneiras de proteger o direito subjetivo.

A sentença declaratória seria aquela necessária para dirimir uma incerteza sobre a existência ou inexistência de um fato ou de uma relação jurídica<sup>47</sup>. “A tutela se dá pela automática eliminação de incerteza jurídica”<sup>48</sup>.

Já as sentenças constitutivas produzem a alteração da situação jurídica, como o próprio nome diz, constituindo, extinguindo ou modificando o conteúdo do direito material<sup>49</sup>. Tanto essa última espécie de sentença quanto as sentenças declaratórias prescindem de outras providências jurisdicionais para que se tornem efetivas.

As divergências doutrinárias começam a surgir no que diz respeito à sentença condenatória. Por meio dessa modalidade declara-se o direito a uma prestação, possibilitando o acesso às atividades executivas necessárias para satisfazer tal direito.<sup>50</sup> O problema nessa definição está em usar como critério, além do seu conteúdo, os efeitos que ela desencadeia, como se vê no escólio de Kazuo Watanabe:

---

<sup>44</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*, p. 194-195.

<sup>45</sup> GUERRA, Marcelo Lima. *Direitos fundamentais e a proteção do credor na execução civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003. p. 27.

<sup>46</sup> Ibidem.

<sup>47</sup> MARZAGÃO, Newton Coca Bastos. *A multa (astreintes) na tutela específica*. 260 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 55.

<sup>48</sup> TALAMINI, Eduardo. *Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer: e sua extensão aos deveres de entrega de coisa* (CPC, arts. 461 e 461-A, CDC, art. 84). 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 188.

<sup>49</sup> GUERRA, Marcelo Lima. Ibid., p. 19.

<sup>50</sup> TALAMINI, Eduardo. Ibid., p. 188.

Na classe de ‘provimento condenatório’ a doutrina dominante inclui todos os tipos de provimentos de conhecimento que não se incluam nas de provimento meramente declaratório ou provimento constitutivo. E define o provimento condenatório como aquele que afirma a existência do Direito e sua violação, aplicando a sanção correspondente, de natureza processual, que possibilita ‘o acesso à via processual de execução forçada’<sup>51</sup>.

O mesmo se vê na lição de Cândido Dinamarco:

[A segunda estrutura lógico substancial] da condenatória é a criação de um título que autorizará a imposição do poder estatal para a satisfação do direito cuja existência está afirmada em seu primeiro momento lógico<sup>52</sup>.

Inobstante as diferentes conceituações de renomados processualistas, observa-se que a classificação tripartida adotou diferentes critérios, pois define as tutelas declaratória e constitutiva a partir do conteúdo do provimento, mas define a tutela condenatória considerando seu efeito, qual seja, a autorização para início da fase executiva.

Surge ainda uma segunda problemática em relação às sentenças condenatórias. A necessidade de execução da sentença condenatória faz com que se defenda a ineficácia do provimento para a efetividade do processo. Sua estrutura é insuficiente para as situações carentes de tutela que exigem o desenvolvimento de atividades de repercussão física, porque não exaure em si mesmo a prestação da tutela jurisdicional<sup>53</sup>.

Explica-se. Enquanto as sentenças declaratória e constitutiva cumprem com a tutela independentemente de qualquer providência material, a sentença condenatória condena a algo que deverá ser desempenhado em fase subsequente, o que requer nova movimentação da máquina estatal mediante as formas executivas previstas nos arts. 461, 461-A e 475-J e seguintes do CPC. É por isso que se diz que a sentença condenatória é insuficiente para a tutela do direito material, “porque se encerra sem a produção do resultado prático almejado pela parte – remetendo-a ao posterior processo executivo”<sup>54</sup>.

<sup>51</sup> WATANABE, Kazuo. Tutela antecipatória e tutela específica das obrigações de fazer e não fazer (arts. 273 e 461 do CPC). *Revista da Ajuris*, Porto Alegre, nº 66, mar. 1996, p. 163

<sup>52</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*, p. 197.

<sup>53</sup> TALAMINI, Eduardo. *Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer*, p. 190.

<sup>54</sup> *Ibid.*, p. 190. Importante reconhecer que a obra é anterior à Lei nº 11.232/2005, que unificou o processo de execução da sentença ao processo de conhecimento. Dessa forma, está eliminada a

Luiz Guilherme Marinoni chega a sustentar que a estrutura da sentença condenatória, esvaziada de conteúdo coativo capaz de realizar as obrigações de fazer e não fazer infungíveis, deveria ser considerada meramente declaratória, dada sua inoperância<sup>55</sup>.

É importante lembrar que a teoria tripartida foi originariamente elaborada durante o Estado liberal, no qual vigiam valores que impediam o constrangimento do indivíduo a cumprir a sentença. A classificação foi concebida em um momento em que o Estado está preocupado com a liberdade individual dos seus cidadãos e com a incoercibilidade sobre a vontade destes<sup>56</sup>.

É por isso que a sentença condenatória parte do pressuposto que não se pode interferir na esfera jurídica do indivíduo, restando a conversão do direito em pecúnia ante a recalcitrância do demandado<sup>57</sup>.

Se a sentença declaratória não é hábil para permitir a prevenção, e se a sentença condenatória tem um nítido escopo repressivo, não há possibilidade de se encontrar, dentro da classificação trinária das sentenças, via adequada para a tutela dos direitos não patrimoniais, o que revela a total incapacidade do processo civil clássico para lidar com as relações mais importantes da sociedade contemporânea<sup>58</sup>.

Mais do que condenar, o direito à tutela jurisdicional efetiva necessita de que o juiz possa mandar, ordenar que a parte vencida cumpra imediatamente a decisão, sem necessidade de instauração de um novo e longo processo, sob pena de ineficácia do provimento<sup>59</sup>.

Reconhecendo a insuficiência da classificação tripartida das sentenças, concebeu-se duas outras categorias: as sentenças mandamentais e as executivas.

Um dos principais teorizadores do provimento mandamental fora Pontes de Miranda. Sua teoria classifica as sentenças sem desconsiderar que cada decisão

---

necessidade da propositura de nova ação para execução de sentença. De todo modo, a sentença condenatória continua sendo ineficiente para a tutela do direito almejada, pois exige a abertura de fase executiva. MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Curso de Processo Civil: Execução*. v. 3, 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. p. 52-53.

<sup>55</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. *Novas linhas do processo civil: o acesso à justiça e os institutos fundamentais do direito processual*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993, p. 91

<sup>56</sup> MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Curso de Processo Civil: Processo de conhecimento*, p. 414.

<sup>57</sup> Ibid., p. 426.

<sup>58</sup> Ibid., p. 415.

<sup>59</sup> SPADONI, Joaquim Felipe. A multa na atuação das ordens judiciais. In: SHIMURA, Sérgio; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). **Processo de execução**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, p. 484.

pode gerar vários tipos de efeitos, sejam eles declaratórios, constitutivos ou mandamentais. Isso ocorre porque diferentes eficácias podem tutelar o mesmo objeto da controvérsia. Em outras palavras, será considerado para identificar a sentença o efeito que se sobressai, que prevalece sobre os outros<sup>60</sup>.

A partir dos primeiros estudos de Pontes de Miranda, a moderna teorização conceitua as sentenças mandamentais pelo seu conteúdo de veicular uma ordem diretamente voltada para o réu<sup>61</sup>, a ser atendida sob pena de se impor alguma medida processual coercitiva.

Mas o provimento mandamental não se distingue dos demais pelo simples fato de conter uma ordem, de “mandar” o obrigado a prestar ou deixar de fazer algo. “A mandamentalidade reside na conjugação da declaração da conduta devida com a utilização de medidas coercitivas destinadas a forçar o réu a cumprir o comando judicial”<sup>62</sup>.

No mesmo sentido, consignam Luiz Guilherme Marinoni e Sérgio Arenhart que o escopo da sentença mandamental

é convencer o réu a observar o direito por ela declarado. (...) Quando a sentença ordena, visando compelir o réu a cumpri-la, a execução é dita ‘indireta’, já que o direito declarado pela sentença só vai ser efetivamente realizado se a sentença convencer o réu a observá-la<sup>63</sup>.

O provimento executivo, por sua vez, não requer a participação da parte sancionada. Ela se realiza através dos meios de execução direta adequados ao caso concreto<sup>64</sup>. Enquanto as sentenças mandamentais direcionam ordem para que o próprio réu cumpra ou abstenha-se da prestação que lhe foi imposta, a sentença executiva *lato sensu* efetiva uma atuação executiva independentemente do demandado<sup>65</sup>:

Quando ocorre “atividade executiva”, na acepção tradicional, isso se dá independentemente de qualquer ordem ao devedor (...) Afirma-se a

---

<sup>60</sup> DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes. *Tratado das ações*. Vol. 1: Ação, classificação e eficácia. São Paulo: Revista dos tribunais, 1970, p. 118

<sup>61</sup> Ibid., p. 211.

<sup>62</sup> SPADONI, Joaquim Felipe. *A multa na atuação das ordens judiciais*, p. 485

<sup>63</sup> MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Curso de Processo Civil: processo de conhecimento*, p. 426.

<sup>64</sup> Ibid., p. 428.

<sup>65</sup> TALAMINI, Eduardo. *Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer*, p. 192.

incidência de meios sub-rogatórios *sobre o patrimônio do executado (e não sobre sua pessoa)*<sup>66</sup>. (grifos no original)

Com o surgimento de novos direitos, que não mais podiam ser tutelados por um dos três provimentos da classificação clássica, a nova redação do art. 461 do CPC inseriu no ordenamento jurídico brasileiro as sentenças mandamental e executiva. A reforma processual advinda da Lei 11.232/2005 demonstra a queda do dogma *nemo ad factum praecise cogi potest* ao dar ao juiz poder para arbitrar “as medidas necessárias” para permitir a realização do direito material<sup>67</sup>.

Não é um excesso dizer que a Lei 11.232/2005 acaba por preterir o provimento condenatório, já que este passou a ser relacionado unicamente com as decisões que condenam ao pagamento de quantia certa. Ainda assim, as críticas a essa modalidade continuam, pois não permite que o juiz atue sobre a vontade do demandado e converte em pecúnia o valor do direito lesado<sup>68</sup>.

As classificações ainda precisam ser muito debatidas e estão longe de serem pacificadas<sup>69</sup>. Sem embargo das cinco modalidades defendidas por Talamini, Arenhart e Marinoni, a classificação trinária continua encontrando adeptos na doutrina.

Cândido Dinamarco fala em “condenatórias de todas as espécies”<sup>70</sup>, classificando o provimento que impõe o cumprimento das obrigações de fazer ou de não fazer em condenatório mandamental.

Da mesma forma, Marcelo Lima Guerra<sup>71</sup> considera as diferentes maneiras de proteger o direito subjetivo para defender a existência de apenas três modalidades, a declaratória, a constitutiva e a executiva. Esta última englobaria a tutela mandamental

<sup>66</sup> TALAMINI, Eduardo. *Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer*, p. 193.

<sup>67</sup> MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Curso de Processo Civil: processo de conhecimento*, p. 416.

<sup>68</sup> Ibid., p. 426.

<sup>69</sup> Quanto a fidelidade à classificação trinária por parte da doutrina brasileira, merece destaque a lição de Luiz Guilherme Marinoni: “(...) *toda classificação de sentenças é transitória*, sendo por isso equivocado imaginar que uma classificação possa se eternizar, como se as classificações devessem obrigar os juristas a ajeitas as novas realidades aos antigos conceitos. Conforme adverte Carrió, como a teoria jurídica trabalha, em quase todos os setores, com classificações herdadas, a maioria contando com aval de grande prestígio e tradição, os juristas acabam acreditando que as classificações constituem formas verdadeiras de agrupar as regras e fenômenos, em lugar de nelas ver simples instrumentos para a sua melhor compreensão. Nessa visão distorcida da razão de ser das classificações, são os fenômenos que devem acomodar-se às classificações e não o contrário”. MARINONI, Luiz Guilherme. *Tutela inibitória*. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006, p. 418-419.

<sup>70</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*, p. 197.

<sup>71</sup> GUERRA, Marcelo Lima. *Direitos fundamentais e a proteção do credor na execução civil*, p. 18-20.

e a executiva lato sensu, pois segundo o autor todas estas correspondem a uma única necessidade específica de proteção do direito material.

A classificação dos provimentos jurisdicionais se fez necessária para que se possa entender a sentença que concede a tutela específica proferida com arrimo no art. 461 do Código de Processo Civil, como será melhor analisada adiante.

### 1.3 A efetivação da tutela específica

Como visto no tópico anterior, existem mais de uma modalidade de tutela jurisdicional em virtude de diferentes necessidades de proteção do direito subjetivo<sup>72</sup>. De um único direito subjetivo, podem surgir diversos interesses passíveis de variadas tutelas, conforme a situação específica do caso concreto<sup>73</sup>.

Ao se reconhecer a existência de tutelas diferenciadas, Humberto Theodoro Júnior observa ser inaceitável a existência de poucos procedimentos, um apenas para cada tipo de ação ou pretensão, muitas vezes inflexíveis e inadequados<sup>74</sup>.

Para que se exercite o direito à tutela jurisdicional efetiva, faz-se imprescindível a existência de tutelas diferenciadas, que se ajustem à situação litigada. Assim ressalta Luiz Guilherme Marinoni:

(...) não é suficiente, que a nível de direito processual seja previamente disposto um procedimento qualquer, mas é necessário que o titular da situação de vantagem violada (ou ameaçada de violação) possa utilizar um procedimento estruturado de modo tal a lhe poder fornecer uma tutela efetiva, e não meramente formal ou abstrata do seu direito<sup>75</sup>.

Em outras palavras, a tutela jurisdicional será efetivamente prestada quando, diante de cada situação, for empregada a tutela mais adequada para atender tal pretensão. É necessário estabelecer técnicas as mais propensas à realização do

---

<sup>72</sup> GUERRA, Marcelo Lima. *Direitos fundamentais e a proteção do credor na execução civil*, p. 18

<sup>73</sup> ARENHART lembra, como exemplo, que o titular do direito à propriedade pode ter pretensão declaratória, como na usucapião, mas também pode ter pretensão condenatória, ou constitutiva, quando tem a intenção de recuperar o bem perdido (ARENHART, Sérgio Cruz. *A tutela inibitória da vida privada*, p. 43).

<sup>74</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Tutela específica das obrigações de fazer e não fazer*, p. 11.

<sup>75</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. *Novas linhas do processo civil*, p. 84.

direito específico<sup>76</sup>. Nessa senda, o procedimento deve ser o mais correto possível para o direito que se pretende tutelar no processo<sup>77</sup>.

É possível definir a adequação da tutela jurisdicional como a aptidão desta para realizar a eficácia prometida pelo direito material, com a maior *efetividade* e *segurança* possíveis. Portanto, em regra, a adequação resulta da ponderação desses dois valores ou direitos fundamentais, com vistas ao resultado que se quer obter diante da espécie de direito violado<sup>78</sup>. (Grifos no original)

Portanto, para que o processo seja adequado e atenda à tutela jurisdicional efetiva, é necessário ainda que se afaste a tipicidade das formas de tutela, elastecendo-as de forma que seja levado em conta as peculiaridades do caso concreto<sup>79</sup>.

Como dito no tópico anterior, a tutela jurisdicional não é atendida na sentença condenatória quando, nos casos de frustração dos mecanismos sub-rogatórios para evitar ou interromper a violação do direito, converte-se a demanda em reparação do dano sofrido<sup>80</sup>. É sabido que o ressarcimento pecuniário é totalmente inidôneo para efetiva prestação jurisdicional no que tange os direitos de personalidade e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, por exemplo<sup>81</sup>.

E ainda, é visível a insuficiência de alguns institutos clássicos do processo para a tutela de várias espécies desses “novos direitos”, de cunho predominantemente não econômico. A título exemplificativo, a execução forçada mostra-se insatisfatória, por inúmeros motivos. Não só é um procedimento complexo, desgastante e moroso, como a conversão do bem originariamente devido em pecúnia torna-se inútil nos casos em que se está a falar da esfera extrapatrimonial<sup>82</sup>.

A não patrimonialidade dos novos direitos exige uma tutela que impeça a lesão ao direito. Uma tutela urgente, ou ao menos preventiva, que não apenas condene, mas que ordene a uma realização ou a uma abstenção<sup>83</sup>.

<sup>76</sup> DE OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro. *Os direitos fundamentais à efetividade e à segurança em perspectiva dinâmica*, p. 66.

<sup>77</sup> ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. *O direito constitucional à jurisdição*, p. 38.

<sup>78</sup> DE OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro. *Ibid.*, p. 72

<sup>79</sup> *Ibid.*, p. 67.

<sup>80</sup> TALAMINI, Eduardo. *Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer*, p. 207.

<sup>81</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. *A tutela inibitória da vida privada*, p. 34-35.

<sup>82</sup> MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Notas sobre o problema da “efetividade” do processo*, p. 216-217.

<sup>83</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. *Novas linhas do processo civil*, p. 90

A valorização dos direitos extrapatrimoniais e a percepção de que a conduta ilícita geraria direito à prestação jurisdicional mesmo sem a existência de dano<sup>84</sup> levou à necessidade de um “sistema processual menos hermético, capaz de tutelar os próprios direitos ameaçados (não se limitando, portanto, a reparar apenas as consequências de sua violação)”<sup>85</sup>.

Esses “novos direitos”, geralmente caracterizados pela ausência de conteúdo patrimonial<sup>86</sup>, exigem a instituição de instrumentos de tutela adequados às suas especificidades, ou seja, técnicas processuais vocacionadas à sua realização na sua forma específica<sup>87</sup>.

Via de regra, a preferência pelo resultado específico é da essência do direito e compatível com o direito à tutela jurisdicional efetiva<sup>88</sup>. Assim, a tutela jurisdicional efetiva deve estar sempre direcionada para a obtenção do resultado que se teria concretizado com o cumprimento espontâneo de um dever<sup>89</sup>.

A prevalência pela tutela específica requer que se evite a conversão do direito em indenização pecuniária. Para tanto, o cumprimento específico do direito exige na esfera processual mecanismos aptos a interferir na vontade do devedor, forçando-o a cumprir a prestação *in natura*<sup>90</sup>.

Trata-se, aqui, da busca por meios de efetividade do resultado. Deve-se conceber técnicas de realização *in natura* da determinação judicial obtida no processo. Valem aqui a lembrança das técnicas de coerção e o isolamento das eficácias mandamental e executiva da sentença<sup>91</sup>.

Defende-se que um sistema jurídico será considerado justo e garantidor de direitos quando tem à disposição mecanismos que possibilitem a obtenção do bem *in natura*, ou seja, que disponibilize a perseguição da tutela específica, e não apenas dê a solução da conversão em perdas e danos<sup>92</sup>.

<sup>84</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. *A tutela inibitória da vida privada*, p. 151.

<sup>85</sup> MARZAGÃO, Newton Coca Bastos. *A multa (astreintes) na tutela específica*, p. 14.

<sup>86</sup> ABREU, Laura Sirangelo Belmonte de. Multa coercitiva (arts. 461 e 461-A, CPC): uma abordagem à luz do direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva. In: MITIDIERO, Daniel (Org.). *O processo civil no estado constitucional*. Salvador: Juspodivm, 2012, p. 75.

<sup>87</sup> ALEIXO, Pedro Scherer de Mello. *O direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva na ordem jurídica brasileira*, p. 418.

<sup>88</sup> MARINONI, Luiz Guilherme, ARENHART, Sérgio Cruz. *Processo de Conhecimento*, p. 435.

<sup>89</sup> TALAMINI, Eduardo. *Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer*, p. 35-36

<sup>90</sup> ABREU, Laura Sirangelo Belmonte de. *Ibid.*, p. 76.

<sup>91</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. *Ibid.*, p. 20.

<sup>92</sup> MARZAGÃO, Newton Coca Bastos. *Ibid.*, p. 16-17.



No entanto, seja por falta de mecanismos no ordenamento jurídico pátrio aptos a coagir a parte recalcitrante nas obrigações de fazer ou não fazer, seja pelo dogma da incoercibilidade da vontade humana<sup>93</sup>, em verdade os Tribunais brasileiros e a doutrina vinham privilegiando a conversão da prestação inadimplida em perdas e danos<sup>94</sup>.

Nesse sentido é o escólio de Eduardo Talamini:

Sob o prisma do direito material, sempre houve a absoluta preferência pelo resultado (e pelo cumprimento) específico. Faltavam – é verdade – instrumentos processuais que refletissem de modo mais claro tal desígnio do ordenamento substancial<sup>95</sup>.

A carência dos instrumentos processuais não implica a inexistência, no nosso ordenamento, do direito material à obtenção do resultado específico. Em matéria obrigacional, o Código Civil de 1916 já consagrava a regra de que o inadimplemento gera direito a indenização em seus dispositivos<sup>96</sup>. Por mais que faltasse regra expressa sobre o cumprimento específico no ordenamento, Clóvis Beviláqua entendeu ser dispensável constar literalmente a primazia desse princípio, uma vez que se trata de regra essencial do vínculo obrigacional<sup>97</sup>.

Por sua vez, as regras processuais também já consagravam a possibilidade de execução específica, mas que só poderia ser obtida após o trânsito em julgado da sentença condenatória e somente dentro do complexo e desestimulante procedimento executivo<sup>98</sup>, como dispunham os artigos 634, 637, 642 e 643, na redação original do CPC.

Marcadas pela necessidade de priorizar a tutela específica, as reformas iniciadas na década de 90 procuraram, de maneira mais enfática que a redação original do Código de 1973, adequar os procedimentos às necessidades do direito

---

<sup>93</sup> Essa ideologia pode ser identificada precipuamente no Código Civil Napoleônico, que pregava em seu art. 1.142 que “toda obrigação de fazer ou não fazer resolve-se em perdas e danos e juros, em caso de descumprimento pelo devedor”. O dispositivo representa a incidência do princípio *nemo ad factum praecise cogi potest*, segundo o qual ninguém pode ser coagido a realizar um fato sem que se precise fazer o uso de coação. ABREU, Laura Sirangelo Belmonte de. *Multa coercitiva*, p. 74.

<sup>94</sup> MARZAGÃO, Newton Coca Bastos. *A multa (astreintes) na tutela específica*, p. 11.

<sup>95</sup> TALAMINI, Eduardo. *Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer*, p. 37.

<sup>96</sup> Os artigos 879 a 881 e art. 883 do Código Civil de 1916 guardam correspondência com os artigos 247 a 249 e art. 251 do Código de 2002.

<sup>97</sup> BEVILAQUA 1938 apud TALAMINI, Eduardo. *Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer*, p. 36

<sup>98</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Tutela específica das obrigações de fazer e não fazer*, p. 17.

material e propiciar meios mais eficientes de tutela processual<sup>99</sup>. Dentre as significativas alterações, as mais relevantes para o presente trabalho foram a criação das medidas de urgência autorizadas pelos arts. 273 e 461.

Pode-se dizer, sem medo de errar, que o legislador acabou, com as reformas supra citadas, quebrando o paradigma: a tutela específica passou a ocupar o lugar de primazia que vinha sendo indevidamente ocupado pelo sucedâneo indenizatório<sup>100</sup>.

Mas foram com as recentes alterações registradas a partir do ano de 1994 que a legislação processual passou a ser aparelhada com mecanismos capazes de evitar o descumprimento das decisões judiciais, consideradas imprescindíveis para o êxito da prestação jurisdicional<sup>101</sup>, como a busca e apreensão de coisas, o desfazimento de obras e a remoção de pessoas. As modificações introduzidas pela Lei 10.444/2002, por fim, aperfeiçoaram no art. 461 a figura da multa coercitiva, atualmente a ferramenta mais utilizada em Juízo pra a obtenção da tutela específica.

Ocorre que a redação do dispositivo não especifica o modo de sua fixação, valor, periodicidade e execução, o que fez com que surgissem diferentes posicionamentos quanto à regulamentação das *astreintes*.

A importância da figura da multa coercitiva, dada a sua larga utilização pelos Tribunais, e as conflitantes posições doutrinárias e jurisprudenciais sobre a sua aplicação e natureza jurídica serão melhor analisadas no capítulo subsequente.

---

<sup>99</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Tutela específica das obrigações de fazer e não fazer*, p. 14.

<sup>100</sup> MARZAGÃO, Newton Coca Bastos. *A multa (astreintes) na tutela específica*, p. 19.

<sup>101</sup> WAMBIER, Luiz Rodrigues. O “contempt of court” na recente experiência brasileira: Anotações a respeito da necessidade premente de se garantir efetividade às decisões judiciais. *Revista de Processo*, São Paulo, nº 119, ano 30, jan. 2005, p. 41. Nessa publicação, o autor trata mais especificamente sobre a multa aplicada pelo desacato à ordem judicial previsto no art. 14 do CPC, instituto esse que não é objeto de estudo do presente trabalho.

## 2 A MULTA COERCITIVA

### 2.1 Figuras Análogas no Direito Comparado

#### 2.1.1 *Common Law*: o Contempt of Court

O *contempt of court* é um instituto observado em todo o sistema do *common law*. A figura remonta aos primórdios do sistema, em que se criou a Chancelaria (*Chancery*) ao lado do sistema de *writs*. As ações típicas dos *writs* eram formuladas diretamente ao rei e voltavam-se notadamente à tutela dos direitos patrimoniais. O problema é que esse sistema rígido de remédios não era capaz de proteger demandas sem cunho econômico, em que se buscava a execução específica de uma obrigação<sup>102</sup>.

Quando uma demanda não se enquadrava nos *writs*, a pretensão era encaminhada ao *Lord Chancellor*, uma figura semelhante ao atual Primeiro Ministro. O Lorde Chanceler exercia uma função jurisdicional extraordinária – considerado um sistema paralelo e complementar de tutela<sup>103</sup> – e que atuava de forma livre em relação às formalidades do *common law*<sup>104</sup>. Era na *Chancery* que se possibilitava a tutela específica das obrigações por meio da vinculação direta da decisão à figura do réu.

Isso quer dizer, ao se recusar a observar o que lhe determinava uma decisão do *Chancellor* (denominada *equity decree*, em contraposição aos *judgements at law*, isto é, as decisões proferidas pelos outros tribunais), era considerado em *contempt of court* e mandado para a prisão até que se decidisse a cumprir o que determinava a sentença. Dispunha a *Chancery*, portanto, de um instrumento poderoso que lhe garantia conceder a tutela específica<sup>105</sup>.

Foi através desse instrumento paralelo, nomeado de *Equity*, que se possibilitou a obtenção da execução específica das obrigações graças ao caráter extraordinário de sua jurisdição, que conferia às cortes de *equity* o poder de punir por *contempt of court* quem desrespeitasse suas decisões<sup>106</sup>. Isso porque, como as decisões eram

<sup>102</sup> GUERRA, Marcelo Lima. *Execução Indireta*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998, p. 85.

<sup>103</sup> ABREU, Laura Sirangelo Belmonte de. *Multa coercitiva*, p. 77.

<sup>104</sup> GUERRA, Marcelo Lima. *Ibid.*, p. 87.

<sup>105</sup> *Ibid.*, p. 88.

<sup>106</sup> *Ibid.*, p. 89.

emitidas diretamente pelo *Chancellor*, o desrespeito a elas era considerado verdadeira afronta à autoridade jurisdicional<sup>107</sup>.

Ainda que o sistema de *Equity* e o de *Common Law* tenham surgido de forma autônoma, foram reunidos com os *Judicature Acts* e hoje aplica-se ao caso concreto o sistema que melhor tutela o litígio. O caráter subsidiário das *equitable remedies* foi, portanto, superado<sup>108</sup>.

As peculiaridades dessa função jurisdicional persistem. No direito norte-americano, o juiz detém amplos poderes para determinar o meio sub-rogatório mais adequado ao caso concreto. Dentre os meios coercitivos, considera-se a figura do *contempt of court* das mais emblemáticas para se garantir a tutela específica<sup>109</sup>.

O *contempt of court* foi inicialmente utilizado nos casos de *other than money judgement*, ou seja, quando o réu tem uma obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa que não seja dinheiro, e hoje é aplicado também nos provimentos *at law*<sup>110</sup>.

Ainda que haja um sem-número de entendimentos sobre o conceito da figura<sup>111</sup>, em linhas gerais *Contempt of court* significa desacato ao tribunal, desprezo à corte, ou seja, qualquer ação ou omissão que desrespeite a decisão judicial, desacate juízes e oficiais de justiça, atrapalhe a aplicação do Direito ou até mesmo a atuação dos litigantes e das testemunhas<sup>112</sup>.

Na definição de Ada Grinover, citando Swayzee, “*contempt of court* é a prática de qualquer ato que tenda a ofender um tribunal na administração da justiça ou a diminuir sua autoridade ou dignidade, incluindo a desobediência a uma ordem”<sup>113</sup>.

Como se vê pelo seu amplo significado, são inúmeras as condutas que se pode enquadrar como *contempt of court*, referindo-se notadamente à desobediência da ordem judicial, como, por exemplo, recusar-se a testemunhar, interromper despropositadamente audiências, filmar o julgamento sem autorização judicial, impedir a outra parte de comparecer em juízo. Importante notar que as condutas enquadradas podem ter sido praticadas também por terceiros, quando estes impedem

<sup>107</sup> MARZAGÃO, Newton Coca Bastos. *A multa (astreintes) na tutela específica*, p. 82.

<sup>108</sup> *Ibid.*, p. 79.

<sup>109</sup> GUERRA, Marcelo Lima. *Execução Indireta*, p. 71.

<sup>110</sup> ABREU, Laura Sirangelo Belmonte de. *Multa coercitiva*, p. 79.

<sup>111</sup> “A variedade de entendimentos sobre o que seria, em síntese, o instituto, pode ser explicada, de certo modo, por duas razões: (i) pelo vasto número de condutas (ontologicamente distintas) que são consideradas como *Contempt of Court* e (ii) pelas diversas finalidades às quais o fenômeno se presta” (MARZAGÃO, Newton Coca Bastos. *Ibid.*, p. 83)

<sup>112</sup> GUERRA, Marcelo Lima. *Ibid.*, p. 72.

<sup>113</sup> GRINOVER, Ada Pellegrini. *Paixão e morte do “contempt of court” brasileiro...*, p. 5.

o acesso à corte e obstaculizam o julgamento. “Pode ser punido por *criminal contempt* inclusive o terceiro que auxilia e (ou) instiga o destinatário da ordem a violá-la”<sup>114</sup>.

De qualquer maneira, percebe-se que o *contempt of court* é um instituto bastante complexo, cuja função não está limitada à garantia da execução específica: dele se valem os tribunais anglo-americanos para, de um modo geral, preservar a sua autoridade e garantir a correta e eficaz prestação da tutela jurisdicional<sup>115</sup>.

As situações de desacato à ordem judicial podem gerar diferentes casos de *contempt of court*. Usando como critério o objetivo que se busca atingir com a punição, distingue-se a conduta em *civil contempt* – ou *contempt in procedure*, como é chamado na Inglaterra – e *criminal contempt*. “Uma mesma conduta pode ser punida como contempt civil, penal, ou ambos”<sup>116</sup>. Com o *contempt of court* civil busca-se induzir a obediência à ordem judicial; com o *contempt* penal pune-se pela desobediência do agente, para impor a autoridade do tribunal<sup>117</sup>.

Observa-se que a primeira modalidade tem caráter coercitivo, podendo ser aplicada por tempo indeterminado até que a parte cumpra com a decisão judicial. Pode ser que a punição não chegue a incidir efetivamente sobre a parte, se esta cumprir com a ordem ante a ameaça de sanção<sup>118</sup>. Para Ada Grinover, o *civil contempt* tem natureza exclusivamente coercitiva, ao passo que o *criminal contempt* é uma sanção punitiva<sup>119</sup>.

Quando uma conduta das partes ou de terceiros é enquadrada em *Contempt of court*, pode o magistrado tomar a medida que julgar a mais adequada para sancioná-la. Dentre as sanções típicas do *civil contempt*, cita-se a multa, o sequestro de bens, e até mesmo a prisão civil, a ser cumprida no limite máximo de dois anos<sup>120</sup>. A multa, por sua vez, é fixada levando-se em conta a gravidade da transgressão e o

<sup>114</sup> TALAMINI, Eduardo. *Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer*, p. 97.

<sup>115</sup> GUERRA, Marcelo Lima. *Execução Indireta*, p. 73.

<sup>116</sup> Ibid., p. 96.

<sup>117</sup> Ibid., p. 94-96.

<sup>118</sup> Ibid., p. 98.

<sup>119</sup> GRINOVER, Ada Pellegrini. *Paixão e morte do “contempt of court” brasileiro...*, p. 5. No referido trabalho, a autora analisa a nova redação do art. 14 do CPC brasileiro, denominando a figura inserta nesse dispositivo *contempt of court* brasileiro, como fazem tantos outros autores. Ainda que não seja essa a figura de comparação nesse presente trabalho, as definições e características sobre o instituto da *common law* trazidas por Grinover são pertinentes nesse estudo.

<sup>120</sup> MARZAGÃO, Newton Coca Bastos. *A multa (astreintes) na tutela específica*, p. 89.

prejuízo ao interesse público; se o agente assume o compromisso de cumprir imediatamente a decisão judicial que havia violado, a sanção não será aplicada<sup>121</sup>.

Essa distinção é de grande importância para o presente trabalho porque a *civil contempt* assemelha-se em muito à multa prevista no art. 461 do CPC brasileiro, na medida em que ambas são medidas coercitivas destinadas a coagir o demandado a cumprir o provimento jurisdicional.

De qualquer forma, Newton Marzagão salienta, com pertinência, que a característica principal do instituto do *common law* é a de preservar a autoridade da magistratura por meio da sanção. Ou seja, ainda que a sanção pecuniária (*coercitive fine*) do *civil contempt* possa induzir a parte recalcitrante a cumprir o mandamento jurisdicional, ela atua de forma precipuamente punitiva. O autor ressalta ainda outra característica que a afasta da figura coercitiva do direito brasileiro:

A multa (*fine*) imposta por *civil contempt* no direito americano, que é fixada, por exemplo, em montante proporcional ao dano sofrido pela parte prejudicada, obviamente não contribui para o declarado intento coercitivo. Essa vinculação do valor da multa à extensão do dano sofrido pela parte contrária confere à *fine* imposta por *civil contempt* uma natureza inegavelmente ressarcitória (e o caráter ressarcitório da multa fixada certamente elimina o caráter coercitivo)<sup>122</sup>.

Mesmo que se atribua um caráter antes punitivo que coercitivo à *fine* da *common law*, pode-se afirmar a semelhança entre a multa brasileira e aquela do *common law*, quando esta se presta como meio de execução indireta nos casos de *other than money judgement*, empregada para induzir ao cumprimento das decisões judiciais. Não se pode negar que, aplicada dessa forma, funciona como uma técnica profícua para promover a execução na forma específica, que é o que se pretende também com a multa do art. 461 do CPC.

### 2.1.2 Direito alemão: A Zwangsgeld

Uma das características de destaque do direito alemão é a taxatividade do sistema executivo. O procedimento e o meio executivo empregados são estabelecidos de acordo com a natureza do bem do devedor a ser submetido pela execução ou do

---

<sup>121</sup> TALAMINI, Eduardo. *Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer*, p. 99.

<sup>122</sup> MARZAGÃO, Newton Coca Bastos. *Ibid.*, p. 90-91.

tipo da obrigação, de forma que para cada modalidade de direito passível de tutela exista um e somente um específico meio executivo. É o que Marcelo Lima Guerra denominou “relação biunívoca” entre meio executivo e obrigação<sup>123</sup>.

Esse modelo de tutela executiva típico e fechado impede que haja um poder discricionário do juiz para que ele aplique a medida que entenda a mais cabível para o caso concreto<sup>124</sup>. Intentou o sistema simplificar a escolha dos meios executivos, pois já previamente elaborados *numerus clausus* pelo legislador.

Por mais que o sistema germânico esteja expressamente orientado para a obtenção da tutela específica, critica-se que sua rígida tipologia possa não albergar todas as situações carentes de tutela. Pode ocorrer de algumas situações não se subsumam a uma exata categoria, convertendo-se o direito subjetivo em perdas e danos<sup>125</sup>.

Dentro desse contexto, o *Zivilprozessordnung* (ZPO) prevê medidas de execução indireta para as obrigações de fazer infungíveis, de não fazer ou cessar de fazer, quais sejam, a prisão do devedor (*Zwangshaft*) e a multa pecuniária (*Zwangsgeld*). À tutela das obrigações de fazer fungíveis e de entrega de coisa não se aplicam tais sanções coercitivas, mas tão somente mecanismos de sub-rogação<sup>126</sup>.

Diferentemente da multa estudada no tópico anterior, a multa pecuniária do sistema alemão tem natureza predominantemente coercitiva. A tradução dos institutos para o português – “coação pecuniária” para *Zwangsgeld* e “prisão coercitiva para *Zwangshaft* – demonstram sua intenção de gerar pressão psicológica sobre a vontade da parte devedora, como sempre restou reconhecido pela doutrina majoritária<sup>127</sup>.

Ao definir a função dos meio de coação indireta no direito alemão, Marcelo Guerra assim registra:

(...) o juiz emprega providências que consistem na imposição, ao devedor, de sanções agravadas e *agraváveis*, na proporção em que ele persistir no inadimplemento, destinadas a exercer uma *pressão psicológica* sobre a vontade desse devedor, induzindo-o a realizar, por si próprio, a prestação devida. Essas providências denominam-se *medidas coercitivas*, em razão de sua orientação predominante à obtenção do cumprimento pelo devedor da

<sup>123</sup> GUERRA, Marcelo Lima. *Execução Indireta*, p. 140.

<sup>124</sup> ABREU, Laura Sirangelo Belmonte de. *Multa coercitiva*, p. 80.

<sup>125</sup> Ibid., p. 81.

<sup>126</sup> TALAMINI, Eduardo. *Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer*, p. 82.

<sup>127</sup> Ibid., p. 80.

prestação devida, sem finalidade quer ressarcitória, quer punitiva<sup>128</sup>. (grifos no original)

A *zwangsgeld*, em semelhança à multa do art. 461 do CPC, é uma multa diária a ser aplicada a requerimento da parte contrária, e que pode ser gradativamente majorada enquanto persistir a resistência do devedor – havendo, porém, um limite máximo legal que não pode ser ultrapassado<sup>129</sup>, impedimento que inexiste no ordenamento brasileiro.

Uma característica digna de nota, e que a difere da multa coercitiva brasileira, é o fato de o crédito da multa reverter em favor do Estado<sup>130</sup>, o que por si só evidencia que a figura não é aplicada com intenção ressarcitória. Ademais, pode ser cumulada com a reparação por perdas e danos decorrentes do inadimplemento<sup>131</sup>.

A *zwangsgeld* é tampouco uma medida punitiva, pois sua incidência está vinculada ao inadimplemento da obrigação. Diferentemente das multas punitivas, que tem valor e duração preestabelecidos e independem do posterior cumprimento da obrigação, a multa do §888 do ZPO não deve ser aplicada quando o devedor compromete-se a prestar a obrigação ante a ameaça de sanção, ou quando torna-se impossível o cumprimento da prestação devida (com ou sem sua culpa). Da mesma forma, a multa deve deixar de incidir quando o devedor resolve cumprir a obrigação<sup>132</sup>.

Como se vê, são grandes as semelhanças entre a sanção pecuniária em comento e aquela prevista no art. 461 do CPC brasileiro. Ambas buscam o cumprimento da medida jurisdicional pelo próprio devedor, atuando como pressão psicológica sobre a vontade deste. É patente, portanto, a natureza coercitiva destes meios de execução indireta.

### 2.1.3 Direito francês: as Astreintes

Como brevemente mencionado, vigia no sistema europeu continental a regra do *nemo ad factum cogi potest*, em muito influenciado pelo Código Civil de Napoleão.

<sup>128</sup> GUERRA, Marcelo Lima. *Execução Indireta*, p. 137-138.

<sup>129</sup> TALAMINI, Eduardo. *Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer*, p. 78.

<sup>130</sup> Vide item 2.3.7.

<sup>131</sup> AMARAL, Guilherme Rizzo. *As astreintes e o processo civil brasileiro: multa do artigo 461 do CPC e outras*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004, p. 32.

<sup>132</sup> GUERRA, Marcelo Lima. *Ibid.*, p. 143-145.



Por conta da impossibilidade de se aplicar mecanismos de coação sobre a pessoa do devedor, dada a ausência de previsão legal de mecanismos coercitivos, a eficácia plena das decisões era muitas vezes inviabilizada. O credor, com direito ao cumprimento de uma obrigação de fazer ou de não fazer, tinha que se contentar com a indenização pecuniária em caso de renitência do devedor<sup>133</sup>.

Diante desse quadro, surge então a figura das *astreintes*, a partir do início do século XIX, uma verdadeira construção jurisprudencial, utilizada para coerção do devedor, visando adimplir a obrigação assumida. Inicialmente, boa parte da doutrina a criticou, por considera-la *contra legem*; porém, gradativamente a reconheceu como importante mecanismo de indução psicológica.

Ainda que a figura tenha origem nos próprios tribunais, não se pode dizer que sua aplicação em Juízo tenha sido pacífica e uníssona. No período entre guerras, a Corte de Cassação decretava *astreintes* que, no momento da liquidação, deveriam ser limitadas ao valor das perdas e danos. Tal medida retirou por completo o caráter coercitivo que lhe fora inicialmente atribuído, como bem ilustra Marcelo Lima Guerra:

A *astreinte* passou, assim, a equivaler, pura e simplesmente, às perdas e danos (...). Na verdade, no momento de liquidar a *astreinte*, ao fixar a quantia a ser, concretamente, cobrada *in executivis* pela incidência naquela multa, o juiz deveria limitar essa quantia ao valor do prejuízo *realmente sofrido*, reduzindo-a, inteiramente, ao puro e simples *ressarcimento do dano*<sup>134</sup>.  
(Grifos no original).

Somente com a Lei nº 72-626 de 1972 é que se permitiu, legalmente, a aplicação das *astreintes* de forma irrestrita. Muitas das controvérsias geradas dentro dos Tribunais passaram a ser disciplinadas por esse diploma. Dentre as disposições, é digno de menção o reconhecimento expresso de que as *astreintes* definitivas e provisórias são medidas coercitivas, passíveis de fixação pelo juiz da causa, em valor superior ao da obrigação, se necessário fosse<sup>135</sup>.

A partir da regulamentação das *astreintes* pela Lei nº 91-650 – por meio da qual se permitiu a aplicação da medida para quaisquer litígios, tenham eles conteúdo obrigacional ou não – foi possível reconhecer grande afinidade entre esse sistema e aquele previsto no art. 461 e 461-A do CPC brasileiro.

---

<sup>133</sup> NASCIMBENI, Asdrubal Franco. *Multa e prisão civil como meios coercitivos para a obtenção da tutela específica*. Curitiba: Juruá, 2005, p. 91.

<sup>134</sup> GUERRA, Marcelo Lima. *Execução Indireta*, p. 112.

<sup>135</sup> NASCIMBENI, Asdrubal Franco. *Ibid.*, p. 94.

Dentre os pontos em comum entre as duas figuras, Guilherme Rizzo Amaral destaca: o caráter coercitivo e acessório (em relação à obrigação principal), a cominação *ex officio* pelo juiz, a possibilidade de deferimento em antecipação de tutela, a destinação do crédito ao credor da obrigação e a variação da periodicidade da multa<sup>136</sup>.

O autor reconhece inclusive a identidade dessas duas medidas. Por esse motivo, não cometem exagero os autores que denominam a multa brasileira de *astreintes* brasileiras.

Todas essas características acima nomeadas serão abordadas adiante.

## **2.2 A evolução legislativa dos meios coercitivos no ordenamento jurídico brasileiro**

Fazendo um panorama histórico da proteção da tutela específica e dos institutos coercitivos nas codificações brasileiras<sup>137</sup>, pode-se reconhecer a ausência – ou em alguns momentos, a pouca eficácia – de adequados mecanismos coercitivos que conferissem efetividade à decisão judicial.

Na história recente do processo civil brasileiro, é possível identificar que a figura do preceito cominatório, aplicada desde as ordenações do sistema português, voltou a existir com o Código de Processo Civil de 1939. A estrutura da nova ação cominatória estava assim disciplinada:

Deferida a ordem pleiteada pelo autor, o réu era citado para, em dez dias, desempenhar a prestação reclamada, sob pena de incidir nas cominações legais ou contratualmente previstas. Se o descumprimento do preceito ou a ausência de defesa davam ensejo ao imediato julgamento do feito, a contestação, por outro lado, suspendia a eficácia do mandado judicial e transformava o rito do feito em ordinário<sup>138</sup>.

Como se vê do procedimento acima transcrito, a ação cominatória se apresentava pouco efetiva, pois somente teria força executiva após a sentença final –

<sup>136</sup> AMARAL, Guilherme Rizzo. *As astreintes e o processo civil brasileiro*, p. 49-51.

<sup>137</sup> Não vamos adentrar nas previsões legais das Ordenações portuguesas e das codificações estaduais pois, sendo o objeto do presente trabalho a multa coercitiva mais especificamente, são de maior relevância apenas as codificações mais recentes – ficaremos adstritos ao Código de Processo Civil de 1939 em diante.

<sup>138</sup> MARZAGÃO, Newton Coca Bastos. *A multa (astreintes) na tutela específica*, p. 43.

e não logo após o descumprimento do preceito. Além do mais, previa o art. 1.005<sup>139</sup> que a multa pecuniária cominada não poderia ultrapassar o valor da prestação.

Tais consequências, por guardarem equivalência econômica com a prestação específica pretendida, revestiam-se de pouca eficácia intimidatória para levar o réu ao cumprimento voluntário do mandado. Faltava verdadeiro mecanismo de pressão psicológica, consistente na atribuição de desvantagem maior do que a que o réu teria se cumprisse espontaneamente o comando<sup>140</sup>.

Com o advento do CPC de 1973, extinguiu-se a ação cominatória com a estrutura monitória do Código de 39, e buscou-se introduzir um mecanismo de coerção para a efetiva obtenção da tutela específica.

A multa diária instituída no art. 287 foi reconhecida de forma inequívoca como legítimo instrumento de coerção. O insucesso desse dispositivo, porém, se deu pelo fato de que a incidência da cominação pecuniária ocorria apenas após o descumprimento de sentença, e quando fosse solicitada pelo autor. Ou seja, além do dispositivo de lei impossibilitar a aplicação *ex officio* do preceito cominatório, era insuficiente para que a parte pudesse buscar a tutela específica *initio litis*<sup>141</sup>.

Desta feita, constata-se que as alterações trazidas pelo Código de 73 continuavam a conferir poder ao magistrado para ordenar a prestação de fatos positivos e negativos, contudo com aplicação restrita. Além do mais, o sistema foi pensado tão somente para tutelar o patrimônio do demandante. Continuavam carentes de proteção os direitos personalíssimos, principalmente quando estes requeriam tutela preventiva<sup>142</sup>.

A exigência em se dar tratamento adequado aos direitos que não se solucionam pelo ressarcimento pecuniário começou a ser atendida inicialmente em diplomas específicos.

A novidade foi trazida no ordenamento pátrio pela Lei de Ação Civil Pública nº 7.347/85 que, em favor dos interesses difusos e coletivos de natureza indivisível,

---

<sup>139</sup> Art. 1.005. Se o ato só puder ser executado pelo devedor, o juiz ordenará, a requerimento do exequente, que o devedor o execute, dentro do prazo que fixar, sob cominação pecuniária, que não exceda o valor da prestação.

<sup>140</sup> TALAMINI, Eduardo. *Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer*, p. 115.

<sup>141</sup> MARZAGÃO, Newton Coca Bastos. *A multa (astreintes) na tutela específica*, p. 45.

<sup>142</sup> NASCIMBENI, Asdrubal Franco. *Multa e prisão civil como meios coercitivos para a obtenção da tutela específica*, p. 42-43.

dispõe em seus artigos 11 e 12<sup>143</sup> eficientes mecanismos para a efetivação da tutela específica.

A legislação inovou ao possibilitar o arbitramento da multa coercitiva sem o requerimento da parte e, além disso, determinou no art. 12 que a apresentação de defesa não suspende a eficácia do provimento liminar, o que difere do que se dispunha com os preceitos cominatórios.

Inobstante as festejadas inovações, tais dispositivos não permitem a tutela jurisdicional individual pois, como já dito, a Lei da Ação Civil Pública não se destina a proteção de todos os direitos subjetivos – mas apenas dos direitos coletivos, difusos e individuais homogêneos. Somente com o advento do Código de Defesa do Consumidor e da atual redação dada ao art. 461 é que se pode dizer que o ordenamento jurídico brasileiro passou a possuir mecanismos para se obter a tutela específica das obrigações de fazer e de não fazer por parte do demandado, como defendido por Asdrubal Franco Nascimbeni<sup>144</sup>.

Em 1990 foi editado o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078/90), que em muito contribuiu para atender essa premente necessidade. Nas inovações que tangem o objeto do presente trabalho, importa destacar o estabelecido no art. 84<sup>145</sup>,

---

<sup>143</sup> Art. 11. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz determinará o cumprimento da prestação da atividade devida ou a cessação da atividade nociva, sob pena de execução específica, ou de cominação de multa diária, se esta for suficiente ou compatível, independentemente de requerimento do autor.

Art. 12. Poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita a agravo. (...) § 2º A multa cominada liminarmente só será exigível do réu após o trânsito em julgado da decisão favorável ao autor, mas será devida desde o dia em que se houver configurado o descumprimento.

<sup>144</sup> *Multa e prisão civil como meios coercitivos para a obtenção da tutela específica*, p. 45.

<sup>145</sup> Art. 84. Na ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

§ 1º A conversão da obrigação em perdas e danos somente será admissível se por elas optar o autor ou se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente.

§ 2º A indenização por perdas e danos se fará sem prejuízo da multa (art. 287, do Código de Processo Civil).

§ 3º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou após justificação prévia, citado o réu.

§ 4º O juiz poderá, na hipótese do § 3º ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando prazo razoável para o cumprimento do preceito.

§ 5º Para a tutela específica ou para a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz determinar as medidas necessárias, tais como busca e apreensão, remoção de coisas e pessoas, desfazimento de obra, impedimento de atividade nociva, além de requisição de força policial.

que conferiu aos consumidores a tutela jurisdicional específica dos direitos consumeristas<sup>146</sup>.

Para tanto, referido artigo autoriza o magistrado a adotar todas as medidas atípicas, sejam sub-rogatórias e coercitivas, que entender cabíveis. Dentre as possibilidades, merece destaque a imposição da multa coercitiva, que desde a redação original pode ser estabelecida de ofício pelo juiz e fixada independentemente de indenização por perdas e danos e da própria obrigação principal.

Ainda, verifica-se da leitura do §1º do art. 84 que a conversão em perdas e danos é medida a ser buscada apenas *ultima ratio*, quando a parte se mostre recalcitrante a todos os meios possíveis de coação e os meios de sub-rogação já não sejam mais idôneos.

Outra inovação trazida pela novel legislação que merece destaque é a admissão de “todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela”, no art. 83, o que positivou, pela primeira vez no ordenamento pátrio, dois novos provimentos jurisdicionais, quais sejam, a eficácia mandamental e a executiva *lato sensu*<sup>147</sup>.

A eficácia mandamental é percebida no sistema inserto no CDC (e, posteriormente, também no CPC) porque seu provimento não se limita a autorizar a instauração da fase executiva, mas ordena desde logo o cumprimento da conduta pela parte vencida. “O que valoriza a sentença mandamental, em sua capacidade de promover a efetivação dos direitos, é a *imediatidade* entre seu momento de eficácia e a execução”<sup>148</sup> (grifos no original).

A relevância dessas novas disposições está assim descrita na lição de Asdrubal Franco Nascimbeni:

Daí a sua importância como marco histórico para as relações envolvendo direitos “não-patrimoniais”, que conclamavam a devida atenção do Estado, a fim de conceder tutelas específicas, relegando a indenização pelas perdas e danos para uma última hipótese (...) Esses novos contornos, sem dúvida,

<sup>146</sup> “Antes de ser dada nova redação ao art. 461 do Código de Processo Civil, boa parcela da doutrina já entendia possível a aplicação do estatuído no diploma consumerista às relações civis e comerciais, ainda que não fossem de consumo” (NASCIMBENI, Asdrubal Franco. *Multa e prisão civil como meios coercitivos para a obtenção da tutela específica*, p. 47).

<sup>147</sup> Ainda que negadas por grande parte da doutrina brasileira, como visto no item 1.2, supra.

<sup>148</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. *A reforma da reforma*. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 230. Observe que nessa obra o autor não reconhece a existência de um provimento mandamental autônomo, como o fazem outros autores. Para Dinamarco, o art. 461 do CPC e o art. 84 do CDC trazem casos de *sentenças condenatórias mandamentais*, em que há uma disposição condenatória associada a possibilidade de cumprimento espontâneo antes de se instaurar o processo executivo.

trouxeram, em sua essência, a satisfação de se poder dizer que o ordenamento, cada vez mais, buscava propíciais uma ordem jurídica não apenas justa, mas também, efetiva<sup>149</sup>.

Impulsionado por tais diplomas específicos, o sistema do Código Buzaid também passou a privilegiar a tutela específica com a alteração dos artigos 461, 644 e 645 com as leis nº 8.952/94 e 8.953/94.

O novo art. 461 autoriza o juiz a impor medidas de pressão psicológica para persuadir o recalcitrante a cumprir (medidas de coerção), permitindo ainda a produzir o resultado prático equivalente ao adimplemento pelo próprio Estado-juiz (medidas de sub-rogação)<sup>150</sup>.

Essas novas técnicas passam a ser então estendidas para as obrigações de entrega de coisa, com a inclusão do art. 461-A<sup>151</sup> pela Lei nº 10.444/02.

Com esse novo sistema, a execução por coerção deixou de ser modalidade excepcional do Código, relegando somente para as obrigações de pagar quantia certa o processo de execução tradicional, em que há constrição do patrimônio do devedor para a satisfação do credor independentemente da vontade deste.

Cândido Rangel Dinamarco resume com propriedade as técnicas do art. 461:

O exame do *caput* do art. 461 do Código de Processo Civil na redação trazida pela *Reforma*, mostra, em primeiro lugar, o empenho do legislador em produzir a efetividade das decisões judiciais, vencendo as resistências do obrigado e os males do decurso do tempo, que milita em favor do mau pagador. Revela também a elaboração de duas técnicas, associadas mas distintas, destinadas à consecução desse desiderato: a) a persuasão do renitente, impondo tanto agravamentos à obrigação, que ele ao fim se convença de que é *melhor negócio* adimplir desde logo; b) a produção dos

<sup>149</sup> NASCIMBENI, Asdrubal Franco. *Multa e prisão civil como meios coercitivos para a obtenção da tutela específica*, p. 46.

<sup>150</sup> Da leitura do referido dispositivo, observa-se a identidade da disciplina com o sistema previsto no art. 84 do CDC. Os regimes são os mesmos, de modo que não há que se falar em aplicação subsidiária (TALAMINI, Eduardo. *Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer*, p. 443).

<sup>151</sup> Art. 461-A. Na ação que tenha por objeto a entrega de coisa, o juiz, ao conceder a tutela específica, fixará o prazo para o cumprimento da obrigação.

§ 1º Tratando-se de entrega de coisa determinada pelo gênero e quantidade, o credor a individualizará na petição inicial, se lhe couber a escolha; cabendo ao devedor escolher, este a entregará individualizada, no prazo fixado pelo juiz.

§ 2º Não cumprida a obrigação no prazo estabelecido, expedir-se-á em favor do credor mandado de busca e apreensão ou de imissão na posse, conforme se tratar de coisa móvel ou imóvel.

§ 3º Aplica-se à ação prevista neste artigo o disposto nos §§ 1º a 6º do art. 461.

resultados impostos em sentença, independentemente do mesmo ou contra a vontade do obrigado<sup>152</sup>. (Grifos no original)

Dentre as técnicas persuasivas, ganhou destaque do legislador, com a Lei 10.444/02 a imposição da multa periódica, sem o prévio pedido da parte interessada, em antecipação de tutela, durante a fase de sentença ou depois dela<sup>153</sup>.

O estatuto da execução específica instituído pelo art. 461 do CPC dispõe sobre a multa em quatro momentos: ao permitir a cumulação desta com a indenização por perdas e danos no §2º; ao autorizar o juiz a impô-la, dentre outras técnicas, para se efetivar a tutela específica, tanto no §4º como no §5º do mesmo artigo. Por fim, a Lei nº 10.444/02 ainda autorizou o juiz a alterar o valor e sua periodicidade, adequando-a a situações supervenientes (art. 461, §6º, CPC).

Todas essas características serão pormenorizadas no tópico a seguir.

## 2.3 Características

### 2.3.1 Natureza, função e conceito

Os meios coercitivos possibilitam o cumprimento da decisão judicial pelo obrigado quando este, reconhecendo a possibilidade de recair-lhe consequências negativas caso descumpra a ordem judicial, sinta-se “estimulado” a cumpri-la<sup>154</sup>, pois menos danoso para ele do que a violação da ordem.

Nesse contexto, a multa periódica instituída nos arts. 461 do CPC e 84 do CDC configura verdadeira medida coercitiva, destinada a pressionar o devedor da obrigação a cumprir a decisão judicial, o que possibilita a efetivação da tutela jurisdicional almejada pelo credor.

Seu fim imediato é induzir o devedor a cumprir o comando judicial, sendo a sanção elemento condicional, apenas ocorrendo se a coerção por ela produzida resultar ineficaz. A decisão do magistrado que comina multa pecuniária é considerada decisão condenatória para o futuro<sup>155</sup>, uma vez que a sanção já fica prevista em caso de posterior descumprimento da obrigação.

<sup>152</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. *A reforma da reforma*, p. 225.

<sup>153</sup> Ibid., p. 222.

<sup>154</sup> SPADONI, Joaquim Felipe. *A multa na atuação das ordens judiciais*, p. 486.

<sup>155</sup> Ibid., p. 489.

O caráter patrimonial está presente, portanto, mas somente no momento de execução dos valores provenientes da multa, o que ocorrerá ocasionalmente<sup>156</sup>. É o que Teresa Wambier e Arruda Alvim Netto denominam de característica preventiva da multa, pois só incide única e exclusivamente se houver o descumprimento<sup>157</sup>.

Vista sob outro ângulo, a multa serve como estímulo ao cumprimento da ordem judicial, como leciona Joaquim Felipe Spadoni:

Se a parte poderia obter vantagens com a prática de determinado ato, em desobediência à ordem, a ameaça de sanção pecuniária tem por escopo retirar estas vantagens, demonstrando que é mais interessante cumprir a ordem do que a violar<sup>158</sup>.

Marcelo Lima Guerra encontra fundamento para o caráter coercitivo da multa na atual redação do §2º do art. 461: “A indenização por perdas e danos dar-se-á sem prejuízo da multa”. Mas para Guilherme Amaral, “o fato de estar prevista na legislação processual a independência entre a indenização por perdas e danos e a multa, não confere a esta o caráter coercitivo, mas, sim, retira-lhe o caráter ressarcitório, o que é bem diferente”<sup>159</sup>. Para este jurista, o caráter coercitivo da multa é identificável pela vinculação que a legislação faz com o descumprimento da decisão judicial.

Independentemente dos argumentos utilizados, é pacífico na doutrina a posição de que a multa pecuniária é medida coercitiva, podendo-se citar diversos autores, como Cândido Dinamarco<sup>160</sup>, Eduardo Talamini<sup>161</sup>, Kazuo Watanabe<sup>162</sup>, Marcelo Lima

---

<sup>156</sup> AMARAL, Guilherme Rizzo. *As astreintes e o processo civil brasileiro*, p. 69.

<sup>157</sup> WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; ALVIM NETTO, J.M.A. O grau de coerção das decisões proferidas com base em prova sumária: especialmente, a multa. *Revista de Processo*, São Paulo, nº 142, ano 31, dez. 2006, p. 15

<sup>158</sup> SPADONI, Joaquim Felipe. *A multa na atuação das ordens judiciais*, p. 487.

<sup>159</sup> AMARAL, Guilherme Rizzo. *Ibid.*, p. 63.

<sup>160</sup> “Concebidas como meio de promover a efetividade dos direitos, elas são impostas para pressionar a cumprir, não para substituir o inadimplemento”. *Instituições de Direito Civil*, p. 538.

<sup>161</sup> “Trata-se de instrumento destinado a induzir o réu a cumprir o mandado. Não tem caráter ressarcitório ou compensatório”. *Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer*, p. 239.

<sup>162</sup> “A multa é medida de coerção indireta imposta com o objetivo de convencer o demandado a cumprir espontaneamente a obrigação”. *Tutela antecipatória e tutela específica das obrigações de fazer e não fazer (arts. 273 e 461 do CPC)*, p. 186.



Guerra<sup>163</sup>, Luiz Guilherme Marinoni<sup>164</sup>, Sérgio Arenhart<sup>165</sup>, Humberto Theodoro Júnior<sup>166</sup> e José Rogério Cruz e Tucci<sup>167</sup>.

A partir da natureza coercitiva explorada pela doutrina é possível definir a multa como técnica processual de execução indireta, destinada a assegurar a efetividade das decisões judiciais por meio de uma coerção psicológica, que visa vencer a resistência da parte obrigada para que ela mesma cumpra o mandamento.

De seu caráter coercitivo resultam todos os demais aspectos do regime jurídico das *astreintes*.

Pelo fato de não ter finalidade ressarcitória, as *astreintes* podem ser cumuladas com indenização por perdas e danos, ou ser aplicada inclusive quando da ausência de danos. A multa independe de dano eventualmente produzido e que deva ser reparado. Marinoni e Arenhart lembram inclusive que é possível que haja incidência de multa sem que o autor tenha requerido indenização, como acontece na tutela inibitória destinada a impedir a violação do direito<sup>168</sup>. Para distinguir a multa da indenização, Arenhart leciona: “Uma serve para a consecução da tutela, enquanto a outra é a própria tutela”<sup>169</sup>.

A desvinculação com as perdas e danos é um aspecto de suma relevância quando está a se falar de direitos de difícil mensuração de um equivalente pecuniário, como os direitos de personalidade e direito ao meio ambiente.

Como as multas não são instituídas para substituir o inadimplemento, mas sim para coagir o obrigado a cumpri-lo, seu pagamento não dispensa a parte recalcitrante de cumprir a decisão judicial. Mais que isso, afirma-se que a multa é cumulável e acessória com a obrigação principal<sup>170</sup>.

<sup>163</sup> “Sendo a multa uma medida coercitiva destinada a induzir o devedor a cumprir a obrigação, a sua imposição deve estar condicionada, necessariamente, à possibilidade de tal cumprimento ser alcançado”. *Execução Indireta*, p. 190.

<sup>164</sup> “A multa, em sua essência, tem natureza nitidamente coercitiva, porque se constitui em forma de pressão sobre a vontade do réu, destinada a convencê-lo a adimplir a ordem do juiz”. *Tutela inibitória*, p. 218.

<sup>165</sup> “Tem a *astreintes* a função própria e específica de agregar coerção à ordem judicial, significando mera potencialidade de prejuízo.” *Tutela inibitória da vida privada*, p. 193.

<sup>166</sup> “Sua força é apenas intimidativa: pela coação econômica procura-se demover o devedor de sua postura de resistência ao cumprimento da prestação devida”. *Tutela específica das obrigações de fazer e não fazer*, p. 25.

<sup>167</sup> “Trata-se de meio coercitivo, que ‘deverá’ ser imposto àquele que descumprir o comando judicial, toda vez que o juiz pressentir a sua utilidade para constranger o réu”. *Lineamentos da Nova reforma do CPC*: Lei 10.352, de 26.12.2001, Lei 10.358, de 27.12.2001, Lei 10.444, de 07.05.2002. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 79.

<sup>168</sup> MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Execução*, p. 74.

<sup>169</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. *A tutela inibitória da vida privada*, p. 193.

<sup>170</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. *A reforma da reforma*, p. 236.

Com o caráter acessório se quer dizer que a multa deve incidir enquanto for possível alcançar o fim a que é destina, ou seja, enquanto a obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa puder ser cumprida pelo demandado<sup>171</sup>.

Desse aspecto decorrem duas consequências: a multa não pode subsistir quando o demandado for exonerado da obrigação por decisão judicial posterior, ou quando não for mais possível realizar o cumprimento específico da obrigação.

Com efeito, não é possível pressionar a vontade de alguém para realizar uma prestação que é ou tornou-se irrealizável. Percebe-se, facilmente, que nessas situações a multa diária que viesse a ser imposta ou que continuasse a incidir concretamente não teria nenhuma eficácia coercitiva. O que configuraria um uso distorcido dessa medida, convertendo-a em mera punição ao devedor<sup>172</sup>.

Para Guilherme Rizzo Amaral, a solução que se deve dar para o crédito proveniente da multa é diferente diante dessas duas situações. Para este último caso a multa será devida até o momento em que se tornou impossível a execução da obrigação. O mesmo não ocorre com a primeira situação: se o demandado obtiver decisão que o desobrigue do cumprimento, a multa extingue-se de pleno direito, e os valores até então incidentes restam inexigíveis<sup>173</sup>.

Arenhart discorda desse posicionamento. Lembrando que a multa tem função de garantir obediência à ordem judicial, o autor defende ser o crédito dela proveniente exigível inclusive em caso de improcedência final da ação. É o que se infere do excerto abaixo:

Pouco importa se a ordem se justificava ou não; após a sua preclusão, só resta o seu cumprimento, sem qualquer ulterior questionamento. Merece ela ser respeitada (quando editada) pela simples razão de decorrer da autoridade pública adequada. Está em jogo, afinal, a própria autoridade do Estado (...) Se o conteúdo desta ordem será, posteriormente, infirmado pelo exame final da causa, isto é dado futuro, que não pode refletir para o fato de que a ordem, enquanto vigorou, deveria ser cumprida inevitavelmente<sup>174</sup>.

<sup>171</sup> AMARAL, Guilherme Rizzo. *As astreintes e o processo civil brasileiro*, p. 65.

<sup>172</sup> GUERRA, Marcelo Lima. *Execução Indireta*, p. 192.

<sup>173</sup> AMARAL, Guilherme Rizzo. *Ibid.*, p. 161 et seq.

<sup>174</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. *A doutrina brasileira da multa coercitiva: três questões ainda polêmicas*. Disponível em: [http://www.academia.edu/214439/A\\_DOCTRINA\\_BRASILEIRA\\_DA\\_MULTA\\_COERCITIVA\\_-\\_TRES\\_QUESTOES\\_AINDA\\_POLEMICAS](http://www.academia.edu/214439/A_DOCTRINA_BRASILEIRA_DA_MULTA_COERCITIVA_-_TRES_QUESTOES_AINDA_POLEMICAS).

A divergência acima apresentada diz respeito principalmente ao caráter público da multa. Para autorizada doutrina<sup>175</sup>, a multa prevista no art. 461 do CPC também visa impor respeito à autoridade dos Tribunais e efetivar as ordens emanadas pelo aparato jurisdicional. A defesa da autoridade estatal é inerente à própria ideia de ordem judicial, uma vez que esta, diferentemente da declaração judicial, tem a possibilidade de *impor* um direito às partes.

A diferença fundamental, portanto, entre a declaração judicial e a ordem judicial está exatamente assentada na presença do *imperium*. E essa autoridade reveste-se exatamente na imposição *não exatamente da prestação devida* (segundo o direito material), *mas sim na imposição de uma ordem estatal*, a ser protegida pelos meios coercitivos disponíveis. (Grifos no original)<sup>176</sup>.

A ordem judicial que impõe a multa periódica utilizaria esse instrumento, portanto, como técnica para proteção de sua autoridade. Essa característica decorreria da sua própria natureza coercitiva pois, ao objetivar a realização de um direito do credor, estaria possibilitando também o cumprimento ao mandado judicial, como forma de respeito ao poder judicial. Por esse motivo é possível dizer que o maior interessado no cumprimento da ordem tutelada pela multa pecuniária é o próprio Estado<sup>177</sup>.

Embora defendam que a multa tenha também a função de resguardar o poder de *imperium* da decisão judicial, Teresa Wambier e Arruda Alvim Netto atentam para o fato de que este argumento deve ser utilizado com cautela. Isso porque, segundo os autores, a multa não deve incidir pelo simples fato de que o jurisdicionado desrespeitou uma decisão judicial, o que poderia levar ao erro de se afirmar que a ordem judicial deva ser cumprida ainda que mereça reforma.

Por esse raciocínio, defendem os autores que quando a decisão que impôs a multa ao réu passa a ser reformada, sendo ao final improcedente o pedido, desaparece a obrigação de pagar a multa<sup>178</sup>.

<sup>175</sup> Vide ARENHART, Sérgio Cruz. *A tutela inibitória da vida privada*; TALAMINI, Eduardo. *Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer*; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; ALVIM NETTO, J.M.A. *O grau de coerção das decisões proferidas com base em prova sumária...*; GUERRA, Marcelo Lima. *Execução Indireta*; SPADONI, Joaquim Felipe. *A multa na atuação das ordens judiciais*.

<sup>176</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. *A doutrina brasileira da multa coercitiva*.

<sup>177</sup> SPADONI, Joaquim Felipe. *A multa na atuação das ordens judiciais*, p. 487.

<sup>178</sup> WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; ALVIM NETTO, J.M.A. *O grau de coerção das decisões proferidas com base em prova sumária...*, p. 17-18. A solução encontrada pelos autores é da execução provisória da multa, o que possibilita que a cominação exerça pressão psicológica sobre o réu, já que a multa

Guilherme Rizzo Amaral, no entanto, rejeita a ideia de que as *astreintes* serviriam inclusive como instrumento de proteção da dignidade do Poder Judiciário. Segundo o autor, essa ideia não se justifica pelo fato de que é o credor da obrigação quem tem a iniciativa de executar a quantia proveniente da multa o que, por si só, demonstra que o Estado não tem interesse em aplicar *astreintes* com finalidade de proteger a dignidade do seu aparato jurisdicional<sup>179</sup>.

Ainda, considerando que a multa está prevista apenas para o cumprimento de obrigações de fazer, não fazer e entrega de coisa, aduz o mesmo autor que se a multa tivesse essa eficácia moralizadora contra a afronta ao Poder Judiciário, seria como dizer que as decisões que tutelam outras situações de direito material não mereceriam a proteção assegurada pela multa pecuniária.

Por essas razões é que Guilherme Amaral defende que as *astreintes* são instrumentos com caráter puramente coercitivos aptos a dar maior efetividade às decisões judiciais. E que portanto a função de punição para os atos atentatórios à dignidade do Poder Judiciário existiria tão somente na pena prevista no art. 14 do CPC, verdadeiro *contempt of court* brasileiro<sup>180</sup>.

Há que se discordar do entendimento acima exposto. Levando-se em consideração que a multa, além de reprimir a vontade do ordenado de descumprir a ordem judicial, também objetiva resguardar o prestígio do comando jurisdicional, é que passam a ser absolutamente plausíveis as demais consequências da aplicação das *astreintes*. Ora, não seria possível reconhecer a possibilidade de decretação *ex officio* da multa, nem a majoração ou redução do seu montante ao arbítrio do magistrado, se a multa tivesse caráter puramente coercitivo, de efetivação do direito material almejado pelo autor. E ainda, lembrando que as *astreintes* não possuem caráter ressarcitório, razão pela qual ela pode atingir patamar superior ao da obrigação, defender que a multa tutela a ordem judicial em lugar do próprio direito material almejado é a posição que nos parece a mais acertada.

---

incide desde o momento do cumprimento, porém não é definitiva caso, ao final, se reconheça a improcedência do pedido. No entanto, a possibilidade de se executar provisoriamente o crédito resultante da incidência das *astreintes* gera grandes polêmicas na doutrina e na jurisprudência, discussão essa que não importará para o presente trabalho.

<sup>179</sup> AMARAL, Guilherme Rizzo. *As astreintes e o processo civil brasileiro*, p. 57.

<sup>180</sup> *Ibid.*, p. 58-59.

### 2.3.2 Valor e Periodicidade

Outro ponto que merece atenção diz respeito ao valor da multa. Demonstrado seu caráter não ressarcitório, como visto acima, o valor da multa não precisa guardar identidade com o valor da obrigação nem com o *quantum* indenizatório das perdas e danos. Isso decorre também de sua natureza processual, que a faz independente do direito material sobre o qual a multa diz respeito.

O art. 461 do CPC não estabelece parâmetros para a fixação do seu montante, apenas dispondo que deve ser “suficiente ou compatível com a obrigação”. Ou seja, ela só deverá ser cominada quando o magistrado considerar que a multa seja apta a, efetivamente, conduzir à obtenção da tutela específica.

Sendo instrumento atuante sobre a vontade do réu, é necessário que se estabeleçam critérios para a fixação do valor de forma que alcance o fim almejado, qual seja, pressionar o demandado a cumprir a ordem judicial, sob pena de perder seu caráter coercitivo e transformar-se apenas em sanção pecuniária.

Dessa forma, com o objetivo de encontrar no mecanismo da multa sua maior utilidade possível, é preciso que se considere o potencial de intimidação do sujeito passivo, bem como sua capacidade econômica<sup>181</sup>. Em análise do caso concreto, deve-se estabelecer um *quantum* que influa, de fato no comportamento do demandado, o que pode inclusive ser superior ao que se atribui ao bem jurídico visado.

O valor a ser cominado deve ser relativamente oneroso para a parte, de forma que este prefira cumprir com a ordem a praticar o ilícito. “O magistrado não deve ficar com receio de fixar a multa em valor muito elevado, pensando no pagamento, pois o objetivo das *astreintes* não é obrigar o réu a pagar o valor da multa, mas sim obrigá-lo a cumprir a ordem judicial”<sup>182</sup>.

Não só o montante a ser fixado é de suma relevância para se alcançar a efetivação da decisão judicial, como também a periodicidade de incidência da multa.

Muito embora o §4º do art. 461 do CPC refira-se a multa diária, o §6º do mesmo dispositivo permite ao juiz alterar a periodicidade da multa cominada. Isso nos permite concluir que o magistrado tem a possibilidade de fixar outra unidade de tempo, se verificado que mais apta no caso concreto para compelir o demandado ao cumprimento da ordem judicial. É o caso, por exemplo, da multa fixada por minuto de

---

<sup>181</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. *A tutela inibitória da vida privada*, p. 194-195.

<sup>182</sup> SPADONI, Joaquim Felipe. *A multa na atuação das ordens judiciais*, p. 494-495.

descumprimento da ordem judicial que proíbe a divulgação de comercial de TV de exibir propaganda lesiva aos direitos da criança e do adolescente.

E mais, Eduardo Talamini defende a hipótese de incidência de uma multa fixa, de grande aplicabilidade para as obrigações de não fazer, cuja violação se exaure em um único momento – por exemplo, a proibição de lançar no mercado produto atentatório à integridade física do consumidor: “para tais situações, é necessária, em caráter preventivo, a imposição de multa de valor fixo, que incidirá somente uma vez, se e quando houver a violação”<sup>183</sup>.

Pelas mesmas razões acima expostas, é possível que se comine multa progressiva. “O fluir do tempo sem o adimplemento do réu evidencia sua capacidade de resistência, e se o objetivo da multa é justamente quebrar esse poder de resistir, nada mais natural do que sua fixação em caráter progressivo”<sup>184</sup>.

Importa notar que tanto a multa fixada com periodicidade diversa da diária, quanto a multa progressiva, são em realidade o mesmo instrumento, autorizado pelo art. 461, §4º do CPC. O que possibilita essa variação na periodicidade e no valor não é a natureza coercitiva – que não se altera – mas a obrigação objeto de tutela<sup>185</sup>.

Também com base nesses mesmos parâmetros, é possível que se altere o valor anteriormente estabelecido para a multa. Ora, se o valor inicialmente fixado não foi suficientemente intimidador e a parte obrigada continua recalcitrante, é necessário que o valor seja majorado para que se vença a vontade do devedor e se atinja o objetivo da cominação da multa<sup>186</sup>.

O mesmo vale para a redução do montante. Se, por alguma razão, a multa se tornou desnecessariamente excessiva a ponto de o demandando não mais dispor de patrimônio suficiente, perde-se a capacidade da multa de produzir os efeitos inibitórios que se pretendia, razão pela qual há autorização para redução do quantum. É o que ocorre também quando for verificado o cumprimento parcial da ordem<sup>187</sup>.

Essa possibilidade deriva da própria natureza coercitiva da multa, que determina seja ela suficiente e necessária para coagir o obrigado ao cumprimento do mandado sempre, durante todo o trâmite processual.

---

<sup>183</sup> TALAMINI, Eduardo. *Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer*, p. 243.

<sup>184</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. *Tutela inibitória*, p. 220.

<sup>185</sup> TALAMINI, Eduardo. *Ibid.*, p. 243.

<sup>186</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. *Tutela inibitória da vida privada*, p. 198.

<sup>187</sup> SPADONI, Joaquim Felipe. *A multa na atuação das ordens judiciais*, p. 495.

Por essa possibilidade é que se diz que a decisão que fixa o valor a título de multa coercitiva não fica imunizada pela coisa julgada material<sup>188</sup>, podendo ser revisada diante das necessidades supervenientes do caso concreto.

### 2.3.3 O destinatário do crédito

Por fim, importa expor brevemente algumas considerações a respeito do destinatário do crédito da multa.

Tanto a discussão sobre o valor e a periodicidade das *astreintes* quanto a questão em torno do destinatário deste crédito tem a mesma causa: a escassez de dispositivos dedicados à regulamentação da multa coercitiva dificulta uma aplicação uniforme do instituto.

Em que pese a ausência de menção expressa sobre o beneficiário do crédito decorrente da multa, é entendimento assente na doutrina e na jurisprudência que a multa reverte em benefício do autor.

Fundamentados na redação do §2º do art. 461 do CPC, que dispõe que “a indenização por perdas e danos dar-se-á sem prejuízo da multa”, há quem interprete que a redação quis demonstrar que os valores resultantes da multa, assim como aqueles oriundos da indenização, devem ser endereçados ao autor<sup>189</sup>.

Outro argumento é o de que a execução do crédito pelo próprio autor seria mais célere do que pelo Estado, fazendo com que não se perdesse a eficiência da função coercitiva da multa. E mais, se fosse o Estado o beneficiário do crédito, de nada valeria a imposição da multa contra o Estado<sup>190</sup>.

Guilherme Rizzo Amaral, em concordância com a sistemática atual, alega que a adoção da titularidade ao Estado poderia prejudicar a eficácia das *astreintes*, principalmente quando elas fossem cominadas contra o próprio Estado, “além do que dependente da iniciativa deste para sua concretização, sendo fácil ver os inconvenientes de se atribuir mais esta função ao ente estatal”<sup>191</sup>.

A quase unanimidade do posicionamento doutrinário é seguida de perto pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Em julgamento de Recurso Especial nº

---

<sup>188</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. *Ibid.*, p. 227.

<sup>189</sup> SPADONI, Joaquim Felipe. *Ibid.*, p. 504.

<sup>190</sup> Nesse sentido, v. TALAMINI, Eduardo. *Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer*; GUERRA, Marcelo Lima. *Execução Indireta*.

<sup>191</sup> AMARAL, Guilherme Rizzo. As *astreintes* e o novo Código de Processo Civil. *Revista de Processo*, São Paulo, nº 182, ano 35, abr. 2010, p. 207-208.

1.063.902-SC, o relator Ministro Francisco Falcão limitou-se a afirmar que a multa coercitiva destina-se ao credor da obrigação descumprida<sup>192</sup>. A posição baseou-se em anterior julgamento de relatoria do Ministro Luiz Fux, decisão que assim restou ementada:

PROCESSUAL CIVIL. OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA CERTA. MEDICAMENTOS. ASTREINTES. FAZENDA PÚBLICA. MULTA DIÁRIA COMINATÓRIA. CABIMENTO. NATUREZA. PROVEITO EM FAVOR DO CREDOR. VALOR DA MULTA PODE ULTRAPASSAR O VALOR DA PRESTAÇÃO. NÃO PODE INVIABILIZAR A PRESTAÇÃO PRINCIPAL. NÃO HÁ LIMITAÇÃO DE PERCENTUAL FIXADO PELO LEGISLADOR.

1. A obrigação de fazer permite ao juízo da execução, de ofício ou a requerimento da parte, a imposição de multa cominatória ao devedor, ainda que seja a Fazenda Pública, consoante entendimento consolidado neste Tribunal (...)

2. A multa processual prevista no caput do artigo 14 do CPC difere da multa cominatória prevista no Art. 461, § 4º e 5º, vez que a primeira tem natureza punitiva, enquanto a segunda tem natureza coercitiva a fim de compelir o devedor a realizar a prestação determinada pela ordem judicial.

3. Os valores da multa cominatória não reverterem para a Fazenda Pública, mas para o credor, que faz jus independente do recebimento das perdas e danos. Consequentemente, não se configura o instituto civil da confusão previsto no art. 381 do Código Civil, vez que não se confundem na mesma pessoa as qualidades de credor e devedor.

4. O legislador não estipulou percentuais ou patamares que vinculasse o juiz na fixação da multa diária cominatória. Ao revés, o § 6º, do art. 461, autoriza o julgador a elevar ou diminuir o valor da multa diária, em razão da peculiaridade do caso concreto, verificando que se tornou insuficiente ou excessiva, sempre com o objetivo de compelir o devedor a realizar a prestação devida.

5. O valor da multa cominatória pode ultrapassar o valor da obrigação a ser prestada, porque a sua natureza não é compensatória, porquanto visa persuadir o devedor a realizar a prestação devida.

---

<sup>192</sup> PROCESSUAL CIVIL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. MULTA. ART. 461 DO CPC. PROVEITO DA MULTA EM FAVOR DO CREDOR DA OBRIGAÇÃO DESCUMPRIDA. I - É permitido ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, a fixação de multa diária cominatória (astreintes) contra a Fazenda Pública, em caso de descumprimento de obrigação de fazer, in casu, fornecimento de medicamentos a portador de doença grave. II - O valor referente à multa cominatória, prevista no artigo 461, § 4º, do CPC, deve ser revertido para o credor, independentemente do recebimento de perdas e danos. Precedente: REsp 770.753/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, DJ de 15.03.2007. III - Recurso especial provido. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça, 1ª Turma. Recurso Especial nº 1063902/SC. Relator: Ministro Francisco Falcão. Brasília, DF, 1º de setembro de 2008.)



6. Advirta-se, que a coerção exercida pela multa é tanto maior se não houver compromisso quantitativo com a obrigação principal, obtemperando-se os rigores com a percepção lógica de que o meio executivo deve conduzir ao cumprimento da obrigação e não inviabilizar pela bancarrota patrimonial do devedor.

7. Recurso especial a que se nega provimento<sup>193</sup>.

Como se infere da análise de ambos os Acórdãos citados, o crédito da multa vem sendo destinado ao autor sem a devida elucubração teórica da questão.

Em que pese a atual posição do Superior Tribunal de Justiça, pode-se sustentar que a multa cominatória, por sua natureza de direito público e processual, destinada a assegurar a efetividade das ordens judiciais, deveria ser revertida ao Estado.

Esta é a posição de Sérgio Cruz Arenhart, para quem as *astreintes* seriam medida de proteção à dignidade e autoridade do Poder Judiciário. Em face disso, afirma que é o Estado o tutelado pelas medidas coercitivas, e não a pretensão material do autor. Defendendo a posição, Arenhart lembra que é o magistrado tem o poder sobre a aplicação da multa, cominando-a de ofício e até mesmo reduzindo ou revogando a medida sem requerimento prévio<sup>194</sup>.

Quanto ao argumento de que a multa reverte ao autor da demanda pela interpretação do art. 461, §2º, o autor indica que não é esta a intenção do dispositivo mencionado.

Apenas se pretende evidenciar que a multa não tem caráter indenizatório, de modo que não substitui ela o valor devido por eventuais danos causados ao autor da demanda. Não fosse assim, seria forçoso concluir que a multa deverá ser sempre entregue a todo aquele que sofrer prejuízo em razão do descumprimento de ordem judicial<sup>195</sup>.

Não é coerente que se afirme que a multa não possui caráter ressarcitório e, ao mesmo tempo, destine os valores resultantes dela ao credor. E ainda, não se pode olvidar que se veda no ordenamento jurídico o enriquecimento injusto, à custa da outra parte. Entregar os valores obtidos com a incidência da multa ao autor seria premiá-la pela desobediência da outra parte a uma ordem judicial, o que parece indesejável.

---

<sup>193</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça, 1ª Turma. Recurso Especial nº 770.753/RS. Relator: Ministro Luiz Fux. Brasília, DF, 15 de março de 2007.

<sup>194</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. *A doutrina brasileira da multa coercitiva...*

<sup>195</sup> Ibid.

Realmente, tal solução possui o grave inconveniente de atribuir à parte contrária da demanda o direito de receber uma quantia em dinheiro que não deriva da relação jurídica que possui com a outra parte e que não é aquela correspondente às perdas e danos a que eventualmente pode fazer jus. É a ela dada uma vantagem pecuniária, em detrimento da outra, sem que para isso se tenha um respaldo lógico-jurídico suficientemente justificador<sup>196</sup>.

Na tentativa de dirimir a controvérsia, o projeto do novo Código de Processo Civil brasileiro, em trâmite na Câmara de Deputados, propõe nova regulamentação na aplicação da multa coercitiva<sup>197</sup>. O art. 551, §2º, indica que “o valor da multa será devido ao exequente”.

A disposição, por evidente, continua alvo de críticas. Como já se expôs, entende-se que reverter o crédito da multa para o Estado é uma interpretação mais coerente com a natureza e a finalidade deste meio coercitivo, qual seja, fazer com que o jurisdicionado cumpra com a ordem judicial. Por esse motivo, e considerando os problemas apresentados ao se destinar a multa para o autor, sendo o principal deles o enriquecimento sem causa, é que se mostra mais acertado que a multa coercitiva reverta em benefício do Estado.

O problema que poderia gerar quando as *astreintes* são aplicadas contra o próprio Estado será discutido adiante.

<sup>196</sup> SPADONI, Joaquim Felipe. *A multa na atuação das ordens judiciais*, p. 505.

<sup>197</sup> Art. 551. A multa independe de requerimento da parte e poderá ser concedida na fase de conhecimento, em tutela antecipada ou na sentença, ou na execução, desde que seja suficiente e compatível com a obrigação e que se determine prazo razoável para cumprimento do preceito.

§ 1º O juiz poderá, de ofício ou a requerimento, modificar o valor ou a periodicidade da multa vincenda ou excluí-la, sem eficácia retroativa, caso verifique que:

I – se tornou insuficiente ou excessiva;

II – o obrigado demonstrou cumprimento parcial superveniente da obrigação ou justa causa para o descumprimento.

§ 2º O valor da multa será devido ao exequente.

§ 3º O cumprimento definitivo da multa depende do trânsito em julgado da sentença favorável à parte; a multa será devida desde o dia em que se houver configurado o descumprimento da decisão e incidirá enquanto não for cumprida a decisão que a tiver cominado. Permite-se, entretanto, o cumprimento provisório da decisão que fixar a multa, quando for o caso.

§ 4º A execução da multa periódica abrange o valor relativo ao período de descumprimento já verificado até o momento do seu requerimento, bem como o do período superveniente, até e enquanto não for cumprida pelo executado a decisão que a cominou.

§ 5º O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, ao cumprimento de sentença que reconheça deveres de fazer e de não fazer de natureza não obrigacional.

(Projeto de Lei nº 166/2010, Versão aprovada na Câmara dos Deputados em 26.03.2014. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490267> Acesso em 20/11/2014).

### 3 O TRATAMENTO DIFERENCIADO DO PODER PÚBLICO E SEUS AGENTES NAS OBRIGAÇÕES DE FAZER, NÃO FAZER E ENTREGAR COISA

Analisadas brevemente algumas questões que possam se mostrar controversas quando da aplicação da multa no caso concreto, é preciso ainda que se verifiquem quais problemas podem surgir quando as *astreintes* são impostas em face do Poder Público.

O que se vê hoje é o descumprimento reiterado das decisões judiciais nos casos em que o próprio Poder Público é o devedor no processo executivo<sup>198</sup>.

Claudia Helena Cortez indica algumas razões pelas quais há resistência por parte do próprio Estado em cumprir o mandamento judicial:

O excesso de burocracia da administração pública, em contraposição à urgência exigida para o cumprimento da medida; a falta de uma logística adequada, por parte do Estado, para implementar imediatamente a ordem judicial; a má vontade dos agentes públicos; e, principalmente o fato de que não é o agente público que sofrerá diretamente as consequências práticas da medida<sup>199</sup>.

Tal desobediência é ainda mais grave quando se considerar o Estado, mais que qualquer outro, como aquele com o dever de zelar pela dignidade e autoridade de suas instituições, “e cujo exemplo negativo exerce, por isto mesmo, influência mais forte”<sup>200</sup>. Por esses motivos, chega-se inclusive a denunciar que a renitência generalizada de descumprimento da ordem judicial pelas demais esferas de poder trata-se de verdadeira “crise institucional”<sup>201</sup>, ou então de “golpe de Estado institucional”<sup>202</sup>.

E mais, não são poucas as ações em trâmite no Poder Judiciário em que a Administração Pública, em geral, é ré da relação processual. Muitos dos litígios em face dos entes públicos resultam em obrigações de fazer e de não fazer – como, por

---

<sup>198</sup> GUERRA, Marcelo Lima. *Direitos Fundamentais e a proteção do credor na execução civil*, p. 180.

<sup>199</sup> CORTEZ, Claudia Helena Poggio. O alcance subjetivo da multa coercitiva do art. 461, § 4º, CPC. *INTERTEMAS*, Presidente Prudente, v. 15, n. 15, 2011. p. 124-142. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/INTERTEMAS/article/view/2774>>, p. 128.

<sup>200</sup> MACHADO, Hugo de Brito. Descumprimento de decisão judicial. *Revista da Ajufe*, Brasília, nº 70, ano 21, abr./jun. 2002, p. 209.

<sup>201</sup> VIANA, Juvêncio Vasconcelos. *Efetividade do processo em face da Fazenda Pública*. São Paulo: Dialética, 2003, p. 262.

<sup>202</sup> GUERRA, Marcelo Lima. *Ibid.*, p. 180.

exemplo, a reintegração de servidores em cargos públicos, a liberação de mercadorias retidas na aduana e a inibição à cobrança indevida de tributos<sup>203</sup>.

Diante desse cenário insatisfatório de contínuo e crescente descumprimento às ordens judiciais, a multa coercitiva tem sido largamente utilizada como um dos únicos mecanismos para assegurar o atendimento às decisões judiciais por parte do Poder Público.

No entanto, a medida tem encontrado óbices em virtude do tratamento diferenciado que recebe a Fazenda Pública quando é ré na relação processual, tanto em virtude de lei quanto por construções doutrinárias e da jurisprudência<sup>204</sup>. Essas prerrogativas dificultam ainda mais a efetividade da prestação jurisdicional nas obrigações de fazer, de não fazer e de entregar coisa.

Em face disso, neste capítulo serão abordadas as prerrogativas que dão amparo ao tratamento diferenciado quando o Poder Público é quem deve cumprir o provimento jurisdicional, ainda que com brevidade e sempre na perspectiva adotada para o presente trabalho.

Esse exame em separado justifica-se pelo fato de que, como se procurará demonstrar, o tratamento privilegiado de que dispõe o Poder Público no processo civil não pode ser usado como escusa, não só para a proibição de imposição de multa coercitiva diante desses casos, como também para a procrastinação da prestação jurisdicional<sup>205</sup>.

Só depois de serem observadas as prerrogativas da Administração Pública em juízo, inerentes ao seu próprio regime jurídico distinto, é que será possível verificar a viabilidade de aplicação da multa coercitiva aqui estudada, contra ela e contra seus agentes.

### 3.1 Princípio da separação dos poderes

Um dos frequentes fundamentos avessos à utilização de mecanismos executivos contra o Poder Público é o princípio da separação de poderes. Há quem entenda que o ato do Poder Judiciário de impor ordens contra o Poder Executivo

---

<sup>203</sup> Os exemplos são dados por VIANA, Juvêncio Vasconcelos. *Efetividade do processo em face da Fazenda Pública*, p. 261; MACHADO, Hugo de Brito. *Descumprimento de decisão judicial*, p. 211.

<sup>204</sup> GUERRA, Marcelo Lima. *Direitos Fundamentais e a proteção do credor na execução civil*, p. 178.

<sup>205</sup> VIANA, Juvêncio Vasconcelos. *Ibid.*, p. 48.

resulta na substituição deste por aquele e, por conseguinte, na violação do mencionado princípio.

No entanto, esse entendimento revela uma interpretação equivocada da separação dos poderes. A total vedação de controle jurisdicional dos atos legislativos e administrativos (então apregoada pelos primeiros textos constitucionais pós Revolução Francesa) mostra-se contraditória com outros princípios constitucionais<sup>206</sup>, como o da supremacia da Constituição, da submissão do Estado à lei e da proteção do particular contra os atos praticados pelas autoridades públicas. A interpretação restritiva, nos moldes como sobredito, não encontra amparo nem mesmo na atual Constituição Federal, a qual dispõe de diversos mecanismos de freios e contrapesos<sup>207</sup> para a participação e controle de cada um dos poderes sobre os demais.

Com isso se quer dizer que o princípio da separação dos poderes confere aos órgãos jurisdicionais a função de exercer o controle jurisdicional da Administração Pública, como bem consignado por Marcelo Lima Guerra:

Ora, sendo a função jurisdicional aquela de assegurar a observância do ordenamento jurídico no caso concreto, e levando-se em consideração que a Constituição deve ser “observada” também, e principalmente, pelo legislador, e que o administrador está vinculado quer à constituição quer à lei, é logicamente necessário que caberia ao juiz “aplicar a lei” a casos concretos em que dela se afastaram quer o legislador, legislando contra a Constituição, quer o administrador, agindo *contra legem*<sup>208</sup>.

Portanto, conclui-se que não se pode invocar o princípio da separação dos poderes para negar a possibilidade de opor meios executivos contra o Poder Público. Pelo contrário, tal princípio, como amparado na Constituição brasileira, permite o controle jurisdicional para assegurar a tutela efetiva do caso concreto, quando diante do descumprimento da ordem judicial pela Administração Pública.

---

<sup>206</sup> GUERRA, Marcelo Lima. *Direitos Fundamentais e a proteção do credor na execução civil*, p. 184.

<sup>207</sup> O sistema de *checks and balances*, tal como originado no modelo constitucional norte americano, pode ser assim explicado: “As funções estatais devem ser divididas e atribuídas a órgãos diversos e devem existir mecanismos de controle recíproco entre eles, de modo a proteger os indivíduos contra o abuso potencial de um poder absoluto.” (BARROSO, Luís Roberto. *Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção de um novo modelo*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 196)

<sup>208</sup> GUERRA, Marcelo Lima. *Ibid.*, p. 184-185

Uma segunda opinião baseada na violação do princípio da separação dos poderes é a de que a execução contra o Poder Público não estaria admitida pois resulta da “substituição da atividade do executado pelo juiz”<sup>209</sup>. Ocorre que, na lição de Chiovenda<sup>210</sup>, a substitutividade é característica essencial da função jurisdicional, pois que, ao afirmar existente um direito no caso concreto, ou ao obter o cumprimento de prestação por meio de medidas executivas, o órgão jurisdicional substitui-se à vontade das partes.

Da mesma forma ocorre quando uma das partes é o Poder Público. Ao proferir um comando judicial, o Judiciário não está desempenhando atividade inerente do Legislativo ou do Executivo; ao contrário, está exercendo atividade tipicamente jurisdicional<sup>211</sup>.

Assim, é o próprio princípio da separação dos poderes que submete quer o Poder Legislativo, quer o Poder Executivo à atividade, sempre substitutiva, do órgão jurisdicional destinada a atuar em última instância no ordenamento jurídico. Negar essa possibilidade, em favor de uma suposta prerrogativa de algum Poder constituído, isso sim, é flagrante e intolerável violação ao princípio da separação dos poderes<sup>212</sup>.

Dito isso, imperioso destacar que a efetividade da tutela jurisdicional prescrita no art. 5º, XXXV, CF, não faz nenhuma ressalva às lides que envolvam o Poder Público. Com isso se quer dizer que o princípio da separação dos poderes ou qualquer outro atributo dos entes públicos e seus delegatários não são prerrogativas a serem usadas contra a inafastabilidade da jurisdição<sup>213</sup>.

---

<sup>209</sup> GUERRA, Marcelo Lima. *Direitos Fundamentais e a proteção do credor na execução civil*, p. 182.

<sup>210</sup> CHIOVENDA 1969 apud GUERRA, Marcelo Lima. *Ibid.*, p. 186.

<sup>211</sup> GUERRA, Marcelo Lima. *Ibid.*, p. 187.

<sup>212</sup> *Ibid.*, 188.

<sup>213</sup> BUENO, Cassio Scarpinella. Tutela antecipada e ações contra o Poder Público (Reflexão quanto a seu cabimento como consequência da necessidade de efetividade do processo). In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). *Aspectos polêmicos da antecipação de tutela*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p. 53.

### 3.2 Atributos dos Atos Administrativos

Sem entrar em pormenores, os atos administrativos são mecanismos por meio dos quais o Estado, no exercício de suas prerrogativas públicas, exterioriza sua vontade a fim de dar cumprimento às suas finalidades<sup>214</sup>.

Justamente pelo fato de os atos da Administração pública desenvolverem atividades voltadas à persecução do interesse público, desfrutam de prerrogativas que os diferem dos atos realizados no âmbito do regime de direito privado<sup>215</sup>. É o que se convencionou denominar atributos dos atos administrativos, sendo geralmente quatro indicados pela doutrina: a presunção de legitimidade, a imperatividade, a exigibilidade e a auto-executoriedade.

No que concerne ao presente trabalho, diz-se que um ato reveste-se de presunção de legitimidade porque em conformidade com o Direito<sup>216</sup> e, como traduz a manifestação de vontade administrativa de forma regular, está apto a produzir seus efeitos desde logo. Decorre desse atributo o ônus da prova de invalidade àquele que a alega<sup>217</sup> (presunção *iuris tantum*, portanto).

Por sua vez, o atributo da imperatividade consiste na coercibilidade para sujeitar o particular ao conteúdo do ato administrativo, interferindo na esfera jurídica dos administrados independentemente de seu consentimento<sup>218</sup>.

Na lição de Celso Antônio Bandeira de Mello, a exigibilidade é uma qualidade do ato de poder exigir do administrado a obediência do que o ato impõe, sem socorrer ao Judiciário para que se possa exigir esse cumprimento. E por fim, consigna o autor que a executoriedade permite a coação material do particular para que este execute o ato<sup>219</sup>, “sem necessidade de ordem judicial para proceder a esta compulsão”<sup>220</sup>.

---

<sup>214</sup> Sobre o conceito de ato administrativo, v. MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 24ª ed. São Paulo: Malheiros, 1999, p. 132-133; BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de direito administrativo*. 27ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 385-387.

<sup>215</sup> BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Ibid.*, p. 417.

<sup>216</sup> *Ibid.*, p. 419.

<sup>217</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. *Ibid.*, p. 141.

<sup>218</sup> *Ibid.*, p. 143.

<sup>219</sup> BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Ibid.*, p. 419.

<sup>220</sup> *Ibid.*, p. 420. Para melhor diferenciar exigibilidade de executoriedade, o autor destaca: “Graças à exigibilidade, a Administração pode valer-se de meios indiretos que induzirão o administrado a atender ao comando imperativo. Graças à executoriedade, quando esta existe, a Administração pode ir além, isto é, pode satisfazer diretamente sua pretensão jurídica compelindo materialmente o administrado (...) Quer dizer: pela exigibilidade pode-se induzir à obediência, pela executoriedade pode-se compelir, constranger fisicamente.” (Grifos no original)

Vistos, precariamente, os atributos dos atos administrativos, o que se quer demonstrar nesse tópico é que os atos da Administração não estão sempre blindados por eles, de forma a impossibilitar o controle de seus atos pelo Poder Judiciário.

Verificado na hipótese fática que o ato administrativo está eivado de algum vício, em desconformidade com o Direito e a lei, e mesmo assim incidindo na esfera jurídica do particular, inexistente a presunção de legitimidade e a executoriedade dessa atuação estatal<sup>221</sup>.

É que os atributos dos atos administrativos existem apenas para o bom exercício da Administração, como bem aduz Cássio Scarpinella Bueno:

Somente ao ato administrativo lícito, vale dizer, tirado em plena consonância com o regime constitucional e legal, é que são inerentes os atributos já mencionados. (...) Daí a razão de o *poder* do ato estatal (...) só existir (juridicamente) quando a expedição do ato é devido para atingimento da finalidade pública (*dever*) que justifica, por si, a existência do Estado. Tratam-se estes atributos (estes *poderes*), portanto, de mecanismos instrumentais para o atingimento da finalidade estatal, nada mais.<sup>222</sup> (Grifos no original)

Por tais razões, conclui-se que o Poder Público não pode estribar-se nas prerrogativas de seus atos para o descumprimento de uma decisão judicial. Toda vez que um ato esteja pautado em pretensa legitimidade ou pretensa executoriedade, pode aquele que se sentiu lesado ou ameaçado em seu direito socorrer-se do Judiciário para que se emita uma ordem contra o Estado. A ordem judicial proferida pode determinar uma obrigação de não fazer, como a interrupção dos efeitos emitidos pelo ato administrativo antijurídico.

Tal raciocínio nos leva a concluir que o Poder Público também está submetido ao sistema de tutela executiva prescrita no art. 461 do CPC, razão pela qual os atributos dos atos administrativos não justificam o descumprimento da decisão judicial.

### 3.3 Órgãos da Administração Pública e seus agentes – ausência de vontade?

Da mesma forma que qualquer pessoa jurídica, o Estado é um ente abstrato que não possui, por si só, vontade ou razão. Para que suas funções se operacionalizem, o aparelho estatal conta com um conjunto de órgãos, “centros de

<sup>221</sup> BUENO, Cassio Scarpinella. *Tutela antecipada e ações contra o Poder Público...*, p. 54.

<sup>222</sup> Ibid., p. 50.



competência instituídos para o desempenho de funções estatais”<sup>223</sup>. É através de seus agentes, que ocupam cargos ou funções dentro dos órgãos, que a estrutura do Estado é dotada de vontade e de ação.

Como são simples repartições de atribuições<sup>224</sup>, meras partes da entidade estatal, os órgãos não possuem personalidade jurídica própria; esta é atribuída apenas ao Estado<sup>225</sup>. É por isso que a atuação e a vontade exercidas pelos órgãos e seus agentes são imputados à pessoa jurídica que eles integram.

Daí por que o atos dos órgãos são havidos como da própria entidade que eles compõem. Assim, os órgãos do Estado são o próprio Estado compartimentado em centros de competência, destinados ao melhor desempenho das funções estatais. Por sua vez, a vontade psíquica do agente (pessoa física) expressa a vontade do órgão, que é a vontade do Estado, do Governo e da Administração<sup>226</sup>.

Não é outra a posição de Celso Antônio de Mello, para quem o agir de pessoas físicas, na qualidade de agentes públicos, concretizam as ações do Estado, razão pela qual o cumprimento da decisão judicial pela Administração Pública condiciona-se à atuação e ao querer dos agentes administrativos<sup>227</sup>.

Em suma, a vontade e a ação do Estado (manifestada por seus órgãos, repita-se) são construídas na e pela vontade e ação dos agentes; ou seja: Estado e órgãos que o compõem se exprimem através dos agentes, na medida em que ditas pessoas físicas atuam nesta posição de veículos de expressão do Estado<sup>228</sup>. (Grifos no original)

Por fim, corroborando a visão de que a vontade do Estado é motivada pela vontade dos seus agentes, Cássio Scarpinella consigna que todos os atos executados pelo agente estatal buscam uma finalidade estranha a ele, qual seja, o fim público imposto à Administração. Assim, o Estado seria o verdadeiro titular dessa atuação, desse poder exercido por meio de seus agentes<sup>229</sup>.

---

<sup>223</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*, p. 62.

<sup>224</sup> BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de direito administrativo*, p. 140.

<sup>225</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. *Ibid.*, p. 63.

<sup>226</sup> *Ibid.*, p. 64.

<sup>227</sup> BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Ibid.*, p. 140.

<sup>228</sup> *Ibid.*, p. 140.

<sup>229</sup> BUENO, Cassio Scarpinella. *Tutela antecipada e ações contra o Poder Público...*, p. 43.

As opiniões acima mencionadas, de que o agente público não é o titular de suas ações podem, à primeira vista, apresentarem-se como óbice à imposição da multa coercitiva contra o agente público.

Com efeito, a ação do agente em conformidade com as suas competências e com a finalidade pública é sempre imputável à Administração. Ocorre que quando essa pessoa física, no uso de suas atribuições públicas, descumpre ou intenta descumprir o comando judicial, está agindo em desconformidade com a finalidade pública que lhe é imposta. Em outras palavras, a partir do momento em que o agente ultrapassa a função que lhe incumbe, contra os ditames da Administração ou a favor de interesses estranhos à sua função, sua vontade concreta está em dissonância com a vontade abstrata do Estado e da função em que está investido.

Logo, quando a pessoa física investida num cargo público descumpre uma ordem judicial, em verdadeira afronta ao princípio da legalidade<sup>230</sup>, não é o Estado que estaria cometendo um ato atentatório à dignidade da sua própria jurisdição, mas sim o agente público<sup>231</sup>, razão pela qual surge a possibilidade de sua responsabilização pessoal.

Por esse raciocínio, tem se admitido a cominação da multa coercitiva diretamente ao agente administrativo, quando for a sua vontade pessoal que deva ser atingida para o cumprimento da decisão judicial, solução essa que será pormenorizada adiante.

---

<sup>230</sup> “Como a força das decisões judiciais funda-se na lei, a autoridade administrativa que se opõe ao cumprimento da decisão judicial ultrapassa os limites estabelecidos pela própria Constituição”. ZARONI, Bruno Marzullo. *Efetividade da execução por meio de multa: a problemática em relação a pessoa jurídica*. 347 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007, p. 313.

<sup>231</sup> MACHADO, Hugo de Brito. *Descumprimento de decisão judicial*, p. 216.

## 4 O ALCANCE SUBJETIVO DA MULTA COERCITIVA

### 4.1 O destinatário da ordem judicial e a necessidade de coerção de sua vontade para a eficácia da multa

Como tratado anteriormente, a multa tem se mostrado um meio coercitivo eficaz para que o demandado observe o comando judicial e cumpra seu dever de prestar a obrigação contida na ordem expedida pelo magistrado.

Decorre da própria natureza coercitiva da multa a possibilidade de que ela seja destinada a outra pessoa que não o réu. Qualquer um responsável pelo cumprimento de uma ordem judicial pode ser ameaçado com a cominação da multa, quando se reconhecer sua possibilidade de constranger o demandado a cumprir a decisão judicial, para que se possibilite o atendimento à determinação judicial<sup>232</sup>.

Porém, sua eficácia depende de que o jurisdicionado sinta-se pressionado a experimentar um dano patrimonial suficiente para que ele opte por cumprir a ordem judicial, conforme já demonstrado.

Ocorre que essa pressão psicológica será de difícil percepção quando a figura do sujeito que deve cumprir a ordem não coincide com aquele que sofrerá o prejuízo decorrente da aplicação da multa<sup>233</sup>.

É o caso do agente público que, apesar de ser quem deve atender ao comando judicial, não o cumpre pois tem ciência de que a multa coercitiva não recairá sobre o seu patrimônio, mas sobre o da pessoa jurídica de direito público que o representa<sup>234</sup>. Quando é a Fazenda Pública quem deve arcar com o prejuízo decorrente da multa, isso dá ao agente sensação de impunidade e até mesmo de desestímulo ao cumprimento da ordem judicial<sup>235</sup>. Isso porque a multa destinada à pessoa jurídica não

---

<sup>232</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. *A doutrina brasileira da multa coercitiva...*

<sup>233</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. A efetivação de provimentos judiciais e a participação de terceiros. In: DIDIER JR., Fredie; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). *Aspectos polêmicos e atuais sobre os terceiros no processo civil* (e assuntos afins). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 980.

<sup>234</sup> O mesmo acontece quando se trata de um funcionário, diretor ou administrador de uma pessoa jurídica de direito privado.

<sup>235</sup> Muito embora o Poder Público possa propor ação regressiva para apurar a responsabilidade do agente público que deu causa à incidência da multa, isso raramente acontece, como assevera Marcelo Lima Guerra: "Sabendo-se que a propositura dessa ação depende, muitas vezes, de ato ou iniciativa da mesma pessoa física referida, a qual detém, obviamente, poder de direção dentro da própria pessoa jurídica devedora (pois do contrário não poderia ser o responsável direto pelo cumprimento da prestação devida) e pode, por isso mesmo, sempre ser retardada por manobras políticas, inclusive com a saída de tal dirigente, torna-se tão remota a possibilidade dessa ação regressiva, que a ameaça da multa é reduzida drasticamente." (*Direitos fundamentais e a proteção do credor na execução civil*, p. 130).

ameaça aquele que é de fato o responsável pelo cumprimento do comando jurisdicional.

Quando o polo passivo da demanda é uma pessoa jurídica – de direito público ou de direito privado –, é comum “que a realização da prestação devida e a consequente satisfação do credor esteja a depender, concretamente, de *ato de terceiro*, em relação ao processo de execução”<sup>236</sup> (grifos no original).

Como é cediço, a pessoa jurídica é uma construção legal despida de vontade humana, pois operam por meio de seus funcionários ou agentes públicos<sup>237</sup>. “Na medida em que as pessoas jurídicas são aparatos técnicos destituídos de vontade própria, é mais do que compreensível que não possam ser constrangidas ou convencidas de coisa alguma”<sup>238</sup>.

Sendo a pessoa jurídica uma ficção jurídica, desprovida de uma vontade autônoma, seus atos são animados pela vontade daquela pessoa física que a administra ou age em seu nome.

Já que a multa se propõe a compelir o demandado a observar a decisão judicial a ele imposta, parece evidente que ela não atingirá sua meta quando direcionada ao patrimônio da pessoa jurídica. Isso porque o ente personificado age somente por meio de seus representantes legais, funcionários ou sócios, e são estes quem devem se sentir coagidos a cumprir a ordem ante a ameaça de multa.

Em razão disso, errado é, no mais das vezes, impor a multa à pessoa jurídica. Ela, como um simples conjunto de bens e de direitos, não tem força própria e por isso não possui autodeterminação. Se os seus caminhos são escolhidos por uma pessoa natural, somente a ela é que se poderia cogitar de aplicar técnicas coercitivas<sup>239</sup>.

Desta feita, é comum que o processo precise contar com a colaboração do agente público que não integra a relação jurídica processual, para que se atenda à determinação judicial. E não se pode negar a frequente ineficácia desse provimento. Imposta contra o Poder Público, a multa tem se mostrado ainda mais ineficiente pois,

<sup>236</sup> GUERRA, Marcelo Lima. *Ibid.*, p. 130.

<sup>237</sup> No presente trabalho usaremos a expressão “agentes públicos” em seu sentido lato como a pessoa física que exercita funções dentro do aparato estatal. Os termos agente administrativo e agente público serão usados como sinônimos, sem distinção entre as espécies (agentes políticos, servidores estatais ou agentes delegados), nem entre a forma de ocupação da função pública (se titular de cargo público ou ocupante de emprego público).

<sup>238</sup> ZARONI, Bruno Marzullo. *Efetividade da execução por meio de multa*, p. 266.

<sup>239</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. *A doutrina brasileira da multa coercitiva...*

como adverte Sérgio Arenhart, o titular do cargo público “difícilmente se sente estimulado a cumprir a ordem judicial – em especial quando o descumprimento lhe gerar algum benefício (muitas vezes político)”<sup>240</sup>.

Como se pode ver, a multa direcionada ao patrimônio da pessoa jurídica pode se tornar inócua por não gerar coação na vontade daqueles que são de fato responsáveis pelo cumprimento da ordem judicial, uma vez que sua incidência agredirá tão somente o patrimônio da pessoa jurídica. O direcionamento da multa coercitiva a entes personificados perde, em grande medida, sua função de exercer pressão sobre a vontade humana capaz de cumprir a ordem judicial<sup>241</sup>.

A partir dessas premissas, em que se verifica uma inoperância na aplicação da multa coercitiva quando o réu é pessoa jurídica, é que se vai estudar no presente trabalho a possibilidade de direcionar esse meio coercitivo à pessoa física que incorpora a vontade da pessoa jurídica, para que se obtenha a efetividade da decisão judicial.

Tem-se reconhecido, ainda que de maneira incipiente, que a imposição da multa coercitiva contra o agente público é a solução mais acertada quando se está a falar de cumprimento da ordem judicial por um ente estatal, pois somente dessa forma se poderá atingir uma vontade humana.

Mas essa solução pode encontrar alguns óbices pois se está a tratar de terceiros estranhos ao processo, questão ainda mais delicada no que diz respeito aos agentes públicos que devem cumprir a ordem judicial endereçada à Administração Pública. Os argumentos utilizados para impossibilitar que surjam efeitos aos terceiros do processo serão abordados nos pontos que se seguem.

## 4.2 A possibilidade de opor ordem judicial contra terceiros

Poder-se-ia dizer que terceiros não estariam sujeitos ao poder jurisdicional no processo e, conseqüentemente, não se poderia emitir contra ou a favor deles qualquer ordem judicial, dentre eles a imposição de multa do art. 461, CPC. Mas a qualidade de terceiro não é, por si só, capaz de afastar a cominação das *astreintes* ao terceiro responsável pelo cumprimento da decisão judicial, como se demonstrará a seguir.

---

<sup>240</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. *A doutrina brasileira da multa coercitiva...*

<sup>241</sup> ZARONI, Bruno Marzullo. *Efetividade da execução por meio de multa*, p. 264.

São vários os dispositivos legais no ordenamento jurídico brasileiro nos quais se verifica que terceiros não estão imunes ao poder jurisdicional. Marcelo Lima Guerra<sup>242</sup> nos lembra da competência do juiz para retirar da sala da audiência os que se comportarem inconvenientemente (art. 445, II, CPC); da condução coercitiva da testemunha que não comparecer (art. 412, CPC); e do procedimento para exibição de documento ou coisa em posse de terceiro (art. 362, CPC).

O autor aduz ainda que o que se proíbe no processo civil brasileiro é a sujeição de terceiros a provimentos finais<sup>243</sup>, porém o poder jurisdicional não está limitado quando destinado a “remover obstáculos à administração da justiça”<sup>244</sup>. É o que se infere do excerto abaixo:

Com efeito, não pode o juiz prestar tutela jurisdicional a favor de quem, ou contra quem não é parte no processo (...) No entanto, nada impede que, para chegar a esse resultado, o juiz depare-se com obstáculos representados pela ação ou omissão de terceiros, à ultrapassagem dos quais ele deve tomar medidas de força, de atuação prática de ordens, sejam medidas sub-rogatórias, sejam medidas coercitivas<sup>245</sup>.

É possível ainda identificar no Código de Processo Civil a existência de deveres de terceiros para com o processo. O art. 339 do CPC é claro ao dispor que “ninguém se exime do dever de colaborar com o Poder Judiciário para o descobrimento da verdade”, bem como o art. 341, que impõe ao terceiro o dever de “informar ao juiz os fatos e as circunstâncias, de que tenha conhecimento”.

O art. 14 do CPC é ainda de maior relevância para o que se pretende analisar no presente trabalho pois, com a nova redação dada pela Lei 10.358/01, determina a “todos aqueles que de qualquer forma participam do processo”, dentre outros deveres, “cumprir com exatidão os provimentos mandamentais e não criar embaraços à efetivação de provimentos judiciais, de natureza antecipatória ou final” (inciso V).

<sup>242</sup> GUERRA, Marcelo Lima. *Direitos Fundamentais e a proteção do credor na execução civil*, p. 132.

<sup>243</sup> Em sentido diverso, Sérgio Cruz Arenhart consigna que as decisões judiciais finais surtem efeitos também contra terceiros, razão pela qual se admite, citando como exemplo, a intervenção do sublocatário na ação de despejo na qual apenas o sublocador seja réu. Ainda segundo esse autor o que a sistemática processual brasileira não permite é que a esses terceiros sejam estendidos os efeitos da coisa julgada. “Desse modo, é possível concluir que nenhuma estranheza deve causar o fato de terceiros serem atingidos pelos efeitos de decisões judiciais (...) O que não se admite é que aqueles terceiros juridicamente prejudicados pela decisão judicial possam ser atingidos de forma irreversível, quem que se lhes dê oportunidade para tentar evitar esse prejuízo” (ARENHART, Sérgio Cruz. *A efetivação de provimentos judiciais e a participação de terceiros*, p. 958).

<sup>244</sup> GUERRA, Marcelo Lima. *Direitos Fundamentais e a proteção do credor na execução civil*, p. 131

<sup>245</sup> Ibidem.

Com o advento desse novo regramento, fica claro e inquestionável que também os terceiros (interessados ou não) devem colaborar para fazer cumprir as decisões judiciais, seja realizando a decisão mandamental dirigida a eles, seja omitindo-se em oferecer embargos à concretização das decisões judiciais<sup>246</sup>.

Como se vê, é evidente da redação do dispositivo supracitado a intenção do legislador de impor a terceiros a observância e o cumprimento do comando judicial, principalmente no que tange a efetivação da tutela reconhecida no processo.

Pelas razões acima colacionadas, é possível aferir a quebra do dogma de que o juiz não pode emitir ordens contra terceiros. No entanto, o §4º, do art. 461 do CPC, prevê expressamente que a multa pode ser imposta “ao réu”, o que pode levar a entender, em uma primeira análise, que o sujeito passivo dessa multa somente poderia ser o réu, vedada sua imposição a terceiros<sup>247</sup>.

Há quem argumente a favor da interpretação literal do art. 461, §4º, opondo-se à possibilidade de se impor a multa a terceiros por ausência de expressa disposição legal. Ainda que com brevidade, Guilherme Rizzo Amaral defende que as *astreintes* só poderão ser aplicadas a terceiros “quando aquele justamente deixar a sua condição original para assumir a condição de parte, no polo passivo da relação processual”<sup>248</sup> o que, evidentemente, não se trata de uma exceção a seu primeiro posicionamento, pois a condição de terceiro deixa de existir e a cominação será imposta, nesse caso, ao novo réu. O mencionado jurista justifica que a hipótese não está prevista em lei, razão pela qual, quando se pretender que um terceiro se submeta à autoridade judicial, isso deve ser feito por aplicação do disposto no art. 14 do CPC.

Ora, se é pacífico na doutrina e nos Tribunais que a multa possa ser fixada com outra frequência temporal, ainda que o texto do §4º a chame de “multa diária”, não há porque se objetar a cominação de multa contra terceiros apenas porque a redação legal impõe a multa “ao réu”. “Não se justifica, portanto, que se amplie a aplicabilidade da norma de um lado, e se restrinja seu cabimento de outro”<sup>249</sup>.

É o que se comprova da mesma forma ao se analisar o §4º em conjunto com o §5º. O segundo preceito não indica que as “medidas necessárias” ali arroladas

<sup>246</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. *A efetivação de provimentos judiciais e a participação de terceiros*, p. 964.

<sup>247</sup> CORTEZ, Claudia Helena Poggio. *O alcance subjetivo da multa coercitiva do art. 461, § 4º, CPC*, p. 132.

<sup>248</sup> AMARAL, Guilherme Rizzo. *As astreintes e o processo civil brasileiro*, p. 102.

<sup>249</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. *A doutrina brasileira da multa coercitiva...*

possam ser aplicadas apenas contra o réu. Inexistindo tal limitação, não há razão de que a multa – que aparece novamente neste segundo preceito – não possa ser aplicada em situação diversa que a prevista apenas no §4º, contra terceiros<sup>250</sup>.

Desta feita, defende-se que ao terceiro pode ser cominada multa coercitiva para que se obtenha a prestação da obrigação reconhecida no processo.

A hipótese encontra arrimo tanto no art. 461 §5º – que confere ao juiz poderes indeterminados para a obtenção da tutela específica – quanto na aplicabilidade imediata do direito fundamental à prestação jurisdicional efetiva – que permite a utilização de medidas coercitivas mesmo nos casos não especificamente previstos em lei<sup>251</sup>.

### 4.3 Aplicação da multa contra o Poder Público e seus agentes

Foi visto no capítulo anterior que algumas características atribuídas ao Poder Público, como o princípio da separação dos poderes e a prerrogativa de legalidade dos atos administrativos, não são mais escusas para se impossibilitar a execução por meio de multa contra o Estado<sup>252</sup>. Tem se admitido, com frequência, a execução das decisões judiciais contra o próprio Poder Público, em homenagem ao direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva e ao princípio da legalidade que a própria Administração Pública celebra.

Diante do reiterado descumprimento das decisões judiciais, é lícito que se utilize os meios coercitivos e sub-rogatórios previstos no ordenamento jurídico também contra o ente estatal, quando for ele o polo passivo renitente, especialmente nos casos em que se almeja um fazer, não fazer ou entrega de coisa<sup>253</sup>.

Nesse sentido, Eduardo Talamini defende que as prerrogativas da Administração Pública não devem ser utilizadas para que se obste a imposição da

<sup>250</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. *A doutrina brasileira da multa coercitiva...*

<sup>251</sup> Desde que se respeite os limites impostos por outros direitos fundamentais. GUERRA, Marcelo Lima. *Direitos Fundamentais e a proteção do credor na execução civil*, p. 132-133.

<sup>252</sup> “A tese que sustenta que a multa não pode recair sobre a autoridade somente poderia ser aceita se partisse da premissa – completamente absurda – de que o Poder Público pode descumprir decisão jurisdicional em nome do interesse público.” (Grifos no original). MARINONI, *Técnica processual e tutela de direitos*, p. 662.

<sup>253</sup> A possibilidade de aplicação das *astreintes* ao Poder Pública é entendimento assente na jurisprudência dos Tribunais Superiores. “É cabível, mesmo contra a Fazenda Pública, a cominação de multa diária - *astreintes* - como meio coercitivo para cumprimento de obrigação de fazer (fungível ou infungível) ou para entrega de coisa.” (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça, 1ª Turma. Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial nº 23.782/RS. Relator: Ministro Benedito Gonçalves. Brasília, DF, 23 de março de 2012.)



multa do art. 461 contra pessoas jurídicas de direito público. O autor lembra inclusive que os meios coercitivos não se fariam necessários se a Administração observasse a todo tempo o princípio da indisponibilidade do interesse público:

Nesse passo, cumprir os provimentos judiciais é atender ao interesse público. Esgotadas as possibilidades processuais de supressão ou suspensão do comando judicial, a Fazenda Pública *deveria* (*deve!*) sempre cumpri-lo, por assim estar atendendo o “interesse público primário” (o único interesse público) – e não por se sentir pressionada por medidas jurisdicionais de coerção. Como, no entanto, a realidade administrativa está longe daquele parâmetro ideal, os meios processuais de coerção, inclusive a multa, revelam-se de extrema utilidade<sup>254</sup> (grifos no original).

No entanto, a subordinação da Fazenda Pública ao sistema de tutela específica não é totalmente pacífico. Vicente Greco Filho defende ser inviável a cominação da multa coercitiva contra o Poder Público. Para ele, aplicar a medida contra os cofres públicos faria com que fossem os administrados os atingidos pelo preceito, perdendo o efeito coercitivo contra o administrador renitente<sup>255</sup>.

Com efeito, o uso da medida coercitiva em relação ao Poder Público a torna menos eficiente por não atingir uma vontade capaz de ser constrangida pela cominação e, dessa forma, sinta-se compelida a cumprir com a ordem judicial. O que o autor não discute é a possibilidade de responsabilizar o próprio agente público que tenha a competência de cumprir com a ordem judicial.

O mesmo raciocínio empregado para o cumprimento da decisão judicial por uma pessoa jurídica de direito privado aqui se aplica: se a multa deve incidir sobre uma vontade a ponto de compelir o réu a cumprir, é evidente que a multa só terá eficácia se direcionada a atingir o agente público capaz de dar atendimento à decisão judicial<sup>256</sup>. E, em se tratando de pessoa jurídica de direito público, percebe-se que as chances de a ordem judicial dirigida contra a ré Fazenda Pública atingir a vontade daquele agente responsável pelo cumprimento da decisão são ainda mais remotas<sup>257</sup>.

---

<sup>254</sup> TALAMINI, Eduardo. *Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer*, p. 246-247.

<sup>255</sup> GRECO FILHO, Vicente. *Direito Processual Civil Brasileiro*. Vol. III. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 1997, p. 69. No mesmo sentido, v. VILLEN, Antonio Carlos. Ação de Preceito Cominatório e Fazenda Pública. *Revista de Direito Público*, São Paulo, nº 86, abr./jun. 1988. p. 153-155.

<sup>256</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. *Técnica processual e tutela de direitos*, p. 662.

<sup>257</sup> GUERRA, Marcelo Lima. Execução contra o poder público. *Revista de Processo*, São Paulo, nº 100, ano 25, out./dez. 2000, p. 76.

Não há cabimento na multa recair sobre o patrimônio da pessoa jurídica, se a vontade responsável pelo não cumprimento da decisão é exteriorizada por determinado agente público. Se a pessoa jurídica exterioriza a sua vontade por meio da atividade pública, é lógico que a multa somente pode lograr o seu objetivo se for imposta diretamente ao agente capaz de dar atendimento à decisão jurisdicional<sup>258</sup>. (Grifos no original)

Muito embora se reconheça que a fixação da multa possa surtir pouca eficácia quando direcionada à pessoa jurídica de direito público, alguns autores ainda se mostram hesitantes em aplicá-la diretamente à autoridade administrativa. Para Juvêncio Vasconcelos Viana, não há disposição expressa que autorize a medida, razão pela qual as *astreintes* devem ser fixadas contra o ente público, restando a este a alternativa da ação de regresso em face do agente causador da lesão ao erário<sup>259</sup>.

No mesmo sentido, Guilherme Rizzo Amaral entende que a multa deve incidir contra o ente público, e não diretamente contra seus agentes, porque a pessoa jurídica de direito público é responsável pelas ações e omissões de seus agentes, condutas essas que devem ser por ela controladas<sup>260</sup>. Assim, não tendo o agente público observado a ordem judicial, não pode o ente público escusar-se de arcar com a consequência patrimonial pelo descumprimento<sup>261</sup>.

Seu posicionamento baseia-se na lição de Talamini, para quem os entes estatais devem arcar com a incidência da multa ante o descumprimento da ordem pelo agente público, para depois se exigir o ressarcimento do erário por meio de ação regressiva<sup>262</sup>.

No entanto, diferentemente do que nos faz pensar Amaral, Eduardo Talamini não descarta a possibilidade de cominar a multa diretamente contra a pessoa do agente público. Ao admitir a aplicabilidade da multa ao Mandado de Segurança<sup>263</sup>, o autor paranaense consigna que a multa pode ser cominada à autoridade coatora, medida autorizada pela atual redação do §5º do art. 461 – já que as “medidas

<sup>258</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. *Ibid.*, p. 662.

<sup>259</sup> VIANA, Juvêncio Vasconcelos. *Efetividade do processo em face da Fazenda Pública*, p. 268.

<sup>260</sup> Vide item 3.3

<sup>261</sup> AMARAL, Guilherme Rizzo. *As astreintes e o processo civil brasileiro*, p. 99-100.

<sup>262</sup> TALAMINI, Eduardo. *Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer*, p. 247.

<sup>263</sup> Ainda que a Lei do Mandado de Segurança não contenha disposição expressa da aplicação subsidiária das regras do Código de Processo Civil, o autor aduz que o aproveitamento das regras do art. 461 nesse instrumento condiz com a essência do Mandado de Segurança, já que o remédio constitucional visa a máxima preferência pelo resultado específico e também possui força mandamental e executiva *lato sensu*. TALAMINI, Eduardo. *Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer*, p. 449-450.

necessárias” podem ser direcionadas contra terceiros quando imprescindíveis para a consecução da tutela.

Para tanto, o jurista pondera:

Obviamente, a cominação da multa diretamente ao agente público deve cercar-se de cautelas ainda maiores do que as que se deve ter na cominação da multa contra a própria parte. Por exemplo, em muitos casos é razoável que tal medida seja deixada para um segundo momento, quando se evidenciar a injustificável resistência do agente público. Além disso, deverá sempre ficar claro no ato de intimação ao agente que a multa lhe está sendo cominada pessoalmente<sup>264</sup>.

Há ainda, outros fundamentos por meio dos quais se pode chegar à mesma conclusão de que a multa direcionada ao agente público é uma possibilidade acolhida pelo nosso ordenamento jurídico.

Em minucioso estudo sobre o uso da multa às pessoas jurídicas, Bruno Marzullo Zaroni desenvolve interessante raciocínio sobre o alcance subjetivo da sanção pecuniária do art. 14 do CPC, que pode ser trazido para o presente trabalho.

Dispõe o art. 14, V, do CPC<sup>265</sup>, que “são deveres das partes e de todos aqueles que de qualquer forma participam do processo cumprir com exatidão os provimentos mandamentais e não criar embaraços à efetivação de provimentos judiciais, de natureza antecipatória ou final”. No parágrafo único do referido dispositivo, comina multa ao responsável pelo descumprimento da ordem judicial ou àquele que cause embaraços ao exercício da jurisdição<sup>266</sup>.

Frise-se que a redação original do dispositivo dizia respeito exclusivamente aos deveres das partes e de seus procuradores, o que demonstra a preocupação clara da nova redação em estender esses deveres de cooperação a outras figuras que de alguma forma atuam no processo.

---

<sup>264</sup> TALAMINI, Eduardo. *Ibid.*, p. 450. Luiz Guilherme Marinoni também considera que a multa pode ser exigida tão somente “da própria autoridade que tinha capacidade para atender à decisão – e não cumpriu”. MARINONI, *Técnica processual e tutela de direitos*, p. 662.

<sup>265</sup> Com a nova redação dada pela Lei nº 10.358/2001.

<sup>266</sup> Art. 14, Parágrafo único, CPC: “Ressalvados os advogados que se sujeitam exclusivamente aos estatutos da OAB, a violação do disposto no inciso V deste artigo constitui ato atentatório ao exercício da jurisdição, podendo o juiz, sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis, aplicar ao responsável multa em montante a ser fixado de acordo com a gravidade da conduta e não superior a vinte por cento do valor da causa; não sendo paga no prazo estabelecido, contado do trânsito em julgado da decisão final da causa, a multa será inscrita sempre como dívida ativa da União ou do Estado.”

Como se vê, a figura do responsável destinatário da multa pecuniária prevista no art. 14, parágrafo único, do CPC, compreende não mais somente as partes e seus procuradores, mas quaisquer terceiros que cometam ato atentatório ao exercício da jurisdição. É nesse ponto que Zaroni, conjugando a opinião de vários autores, reconhece que os agentes públicos são suscetíveis de serem pessoalmente responsabilizados pela multa. Cabe a eles o dever de agir em conformidade com os provimentos judiciais, enquanto corporificam a vontade do ente estatal que representam<sup>267</sup>.

E ainda, “a destinação da multa diretamente para o servidor público responsável pelo descumprimento é uma maneira de se preservar a finalidade desse mecanismo de pressão psicológica”<sup>268</sup>.

É cediço que a multa sancionatória prevista no art. 14 do CPC tem a função de promover o cumprimento das decisões judiciais, pois é o que preconiza o art. 14, V, CPC. Da mesma forma<sup>269</sup>, as *astreintes* do art. 461 do CPC também têm a função de resguardar a autoridade do comando judicial, como demonstrado anteriormente, razão pela qual ambas as figuras devem atingir uma vontade humana para que atinjam seu objetivo: desestimular o descumprimento no caso da multa punitiva e estimular o cumprimento no caso da multa coercitiva.

Sendo as duas figuras destinadas à efetividade da decisão judicial, não é coerente que se defenda a possibilidade de aplicação de uma delas a terceiros e que o mesmo não ocorra quando da utilização da outra.

Merece transcrição o raciocínio desenvolvido por Zaroni:

Ora, se é certo que a multa punitiva por descumprimento dos provimentos mandamentais, quando voltada para a pessoa jurídica que é parte no processo, deve ser dirigida à pessoa física que tem o dever de atender à decisão judicial, não parece coerente sustentar que (...) [esse terceiro] não possa ser induzido a cumpri-lo [o provimento mandamental] mediante a aplicação de multa coercitiva em sua esfera pessoal<sup>270</sup>.

---

<sup>267</sup> ZARONI, Bruno Marzullo. *Efetividade da execução por meio de multa*, p. 279.

<sup>268</sup> Ibid., p. 278.

<sup>269</sup> Muito embora sejam operacionalizadas de forma diferente. A multa do art. 14 parágrafo único tem natureza punitiva e pressupõe o descumprimento do provimento mandamental, ao passo que a multa do art. 461 tem caráter eminentemente coercitivo e é cominada antes mesmo do descumprimento da ordem judicial (vide item 2.3.1).

<sup>270</sup> Ibid., p. 282-283.

A outra conclusão não se chega quando está a se tratar da espécie de decisão que pode gerar a incidência das multas. As *astreintes* são cominadas em uma decisão de natureza mandamental, conforme já exposto e, da mesma forma, o art. 14, V, determina o dever de cumprir os provimentos mandamentais sob pena de multa pecuniária. Ou seja, a violação de uma ordem mandamental pode ter como consequência a incidência de ambas as multas em comento<sup>271</sup>. Assim sendo, não parece lógico que um único ato de descumprimento da decisão mandamental gere a sanção das duas figuras, destinadas a pessoas diversas.

Desta feita, uma interpretação harmônica dos dois dispositivos nos permite concluir que a figura do *responsável* do art. 14, parágrafo único, pode ser transposta para o destinatário da multa coercitiva, de modo que também nesse último caso seja atingido aquele verdadeiramente capaz de dar cumprimento à decisão judicial.

Diante de todo o exposto, ao se considerar que a multa coercitiva só tem efetividade quando capaz de intimidar uma vontade humana; que a multa tem se mostrado reiteradamente ineficaz quando imposta em face da Administração Pública; que a imposição de comandos judiciais e de sanções a terceiros é amplamente admitida no ordenamento jurídico; que o direcionamento das *astreintes* aos agentes públicos é uma faculdade dada ao magistrado pelo art. 461 §5º; e que a interpretação da mens legis é no sentido de garantir a maior efetividade possível ao processo, é evidente a possibilidade de se impor multa coercitiva aos agentes públicos quando é réu o Poder Público e quando esta for a melhor solução para se tutelar o direito material no caso concreto.

Localizados diversos fundamentos para se escolher a autoridade administrativa como sujeito passivo da multa coercitiva, cumpre agora observar algumas decisões jurisprudenciais em que foi aplicada essa medida.

Em caso paradigmático e de ampla difusão, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná determinou, em Mandado de Segurança julgado pelo Órgão Especial, a aplicação de multa contra a pessoa física do então Governador, para compeli-lo a fazer a nomeação imediata dos impetrantes aprovados em concurso público<sup>272</sup>. Muito embora fosse o Estado do Paraná o impetrado, o acórdão reconheceu a possibilidade

---

<sup>271</sup> ZARONI, Bruno Marzullo. *Efetividade da execução por meio de multa*, p. 281.

<sup>272</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Órgão Especial. Mandado de Segurança nº 70.088-5 – Curitiba. Relator: Desembargador Gil Trotta Telles. Curitiba, PR, 5 de fevereiro de 1999.

de multa diária diretamente ao agente responsável pelo cumprimento da decisão, em aplicação do art. 461 do CPC.

Outro aresto que merece análise foi proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região que, por maioria formada em voto divergente proferido pelo Juiz Convocado Luiz Paulo da Silva Araújo Filho, cominou multa diretamente ao prefeito do Rio de Janeiro, para que se restabelecesse imediatamente os serviços de limpeza e segurança do Parque Nacional da Tijuca <sup>273</sup>.

Na fundamentação, o voto vencedor reconheceu que a cominação da multa ao ente público réu da relação processual é ineficaz, “pois as autoridades costumam sentir-se alheias ao respectivo pagamento, à vista da inverossímil responsabilização do próprio agente”. Por esse motivo, a multa cominatória foi imputada ao agente público incumbido do cumprimento da decisão, com fulcro nos arts. 11 e 12 da Lei de Ação Civil Pública e nos §§ 4º e 5º do art. 461 do CPC.

Como se vê, ainda são poucas as decisões dos Tribunais brasileiros que reconhecem a possibilidade de se empregar a multa coercitiva contra o agente público. Atrelado à impossibilidade de expedir ordem mandamental a terceiros, o Superior Tribunal de Justiça posicionou-se contra a extensão da multa coercitiva ao agente público. Em Recurso Especial interposto pelo Distrito Federal, foi afastada a possibilidade de se direcionar a multa ao Governador e à Secretária de Gestão Administrativa do Distrito Federal, sustentando-se a ausência de previsão normativa para a extensão da sanção coercitiva à pessoa física representante da pessoa jurídica de direito público<sup>274</sup>.

<sup>273</sup> PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DEVER DE FAZER. MULTA COMINATÓRIA. IMPOSIÇÃO À AUTORIDADE PÚBLICA. POSSIBILIDADE. 1. A cominação de multa diária ao ente público (art. 461, § 4º, do CPC), admitida pela jurisprudência absolutamente predominante, não raro se afigura inócua, pois as autoridades costumam sentir-se alheias ao respectivo pagamento, diante da conhecida leniência administrativa na responsabilização do agente recalcitrante. 2. É admissível, portanto, em respeito à efetividade do processo (art. 5º, incisos XXXV e LXXVIII, da CF) e à evolução legislativa desenvolvida nesse sentido, a cominação de multa diária ao próprio agente público responsável pelo cumprimento da ordem judicial, nos termos dos arts. 11 e 12 da LACP, interpretados em consonância com os §§ 4º e 5º do art. 461 do CPC, devendo ser pessoalmente intimado o funcionário. 3. A multa diária, simples meio de coerção, não se confunde, todavia, com a multa sancionatória prevista no art. 14, parágrafo único, do CPC. 4. Agravo improvido. (BRASIL. Tribunal Regional Federal (2ª Região), 7ª Turma. Agravo de Instrumento nº 2005.02.01.003117-5. Relator Desembargador Federal Reis Friede. Rio de Janeiro, 1º de agosto de 2007.)

<sup>274</sup> PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE FAZER. DESCUMPRIMENTO. ASTREINTES. APLICAÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. CABIMENTO. EXTENSÃO DA MULTA DIÁRIA AOS REPRESENTANTES DA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Conforme jurisprudência firmada no âmbito desta Corte, a previsão de multa cominatória ao devedor na execução imediata destina-se, de igual modo, à Fazenda Pública. Precedentes. 2. A extensão ao agente político de sanção coercitiva aplicada à Fazenda Pública, ainda que revestida do motivado escopo de dar efetivo cumprimento à ordem mandamental, está despida de juridicidade. 3. As

Não obstante o atual posicionamento do STJ, conclui-se que a aplicação gradual do instituto das *astreintes* à figura da autoridade administrativa competente para o cumprimento da ordem judicial, quando da inocuidade das medidas executivas contra o Poder Público, tem se mostrado a medida mais eficaz a dar guarida à efetividade da tutela jurisdicional no caso concreto.

#### 4.4 O princípio da atipicidade dos meios executivos

Ainda que se tenha reconhecido, no tópico anterior, a viabilidade de aplicação da multa diretamente contra o agente público responsável, isso não implica dizer que essa sempre será a melhor solução quando se está diante de um caso de ordem judicial a ser cumprida por um ente estatal<sup>275</sup>.

É que, diante da multiplicidade e da complexidade de situações concretas, reconhece-se ser impossível estabelecer um prévio meio executivo para cada situação do direito material<sup>276</sup>.

No entanto, o sistema executivo inicialmente vigente no Código de Processo Civil brasileiro regia-se pelo princípio da tipicidade dos meios executivos. Pensado a partir dos valores liberais de sua época, o princípio determinava que os meios de execução devem estar elencados em lei, como “uma garantia de liberdade diante da possibilidade de arbítrio do juiz”<sup>277</sup>. Antes do advento do art. 461 do CPC, o juiz encontrava-se portanto engessado à luz do princípio da tipicidade e da classificação trinária das sentenças, que mostraram-se aos poucos incapazes de solucionar todas as situações de direito material.

O sistema executivo erigido pelos artigos 461 e 461-A do CPC (e, primeiramente, pelo art. 84 do CDC) rompe com o princípio da tipicidade das formas executivas na medida em que confere ao juiz uma ampla margem de

---

autoridades coatoras que atuaram no mandado de segurança como substitutos processuais não são parte na execução, a qual dirige-se à pessoa jurídica de direito público interno. 4. A norma que prevê a adoção da multa como medida necessária à efetividade do título judicial restringe-se ao réu, como se observa do § 4º do art. 461 do *Códex Instrumental*. 5. Recurso especial provido. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça, 5ª Turma. Recurso Especial nº 747.371/DF. Relator: Ministro Jorge Mussi. Brasília, DF, 26 de abril de 2010.)

<sup>275</sup> Deve-se ter sempre em mente que, ainda que direcionada à pessoa jurídica de direito público, a multa será ainda mais eficaz sempre que puder atingir uma vontade humana. GUERRA, Marcelo Lima. *Direitos Fundamentais e a proteção do credor na execução civil*, p. 130.

<sup>276</sup> ZARONI, Bruno Marzullo. *Efetividade da execução por meio de multa*, p. 298.

<sup>277</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. *Tutela inibitória*, p. 420.

discrecionalidade para utilização das “medidas necessárias” mais aptas a efetivar a tutela do caso concreto.

Pela redação do §5º do art. 461, vê-se a clara intenção da norma em se adotar medidas diversas daquelas arroladas para se atingir a tutela específica. Ao enumerar um rol meramente exemplificativo de meios executivos, o dispositivo não apenas demonstra a elasticidade do atual sistema executivo, como também concentra o poder executivo nas mãos do magistrado. “Isso significa que, adstrito ao dever de outorgar tutela adequada ao direito, deve o juiz valer-se de todas as medidas necessárias para concretizar suas decisões”<sup>278</sup>. Tal poder outorgado ao magistrado é o que Marinoni denominou de princípio da concentração do poder executivo do juiz: “Em outras palavras, tal norma dá ao juiz um poder que ele jamais teve, assim como tem um impacto sobre as partes completamente distinto daquele que sobre elas recaía à luz do princípio da tipicidade”<sup>279</sup>.

Assim sendo, não configura um excesso dizer que o emprego da multa contra o agente público, quando o réu da relação processual é tão somente o ente estatal, encontra respaldo legal no art. 461, §5º. Ao permitir que o juiz determine as medidas necessárias para a efetivação da tutela específica (o preceito faz inclusive nova referência à multa por tempo de atraso), confere ao juiz uma ampla margem de possibilidades.

É a posição de Marcelo Lima Guerra, para quem a aplicação das *astreintes* ao próprio agente público estaria abrangida pela indeterminação dos poderes conferidos ao juiz no art. 461, §5º, CPC. Verificada a eficácia de aplicação dessa medida coercitiva contra o agente cuja ação ou omissão dependa a obtenção da tutela específica, estaria o magistrado autorizado a cominar a multa dessa forma<sup>280</sup>.

Assim sendo, verificando o juiz que a multa dirigida diretamente ao agente público mantém sua força coercitiva e é capaz de garantir a realização concreta da ordem judicial, assim deve fazê-lo<sup>281</sup>, sempre seguindo o critério de proporcionalidade, pois autorizado pelo sistema atípico de meios executivos do art. 461, §5º.

Aliás, seria absurdo supor que o juiz dotado de poderes de tamanha amplitude e flexibilidade (que inclusive dispensam, para seu emprego,

---

<sup>278</sup> ZARONI, Bruno Marzullo. *Efetividade da execução por meio de multa*, p. 293.

<sup>279</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. *Tutela inibitória*, p. 421.

<sup>280</sup> GUERRA, Marcelo Lima. *Execução contra o Poder público*, p. 76-77.

<sup>281</sup> Reitere-se que, em observância ao direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva, não é uma faculdade do magistrado, mas sim um poder-dever, de aplicar as normas adequadas e necessárias às situações carente de tutela no caso concreto.



requerimento da parte interessada), verificando a inidoneidade da multa coercitiva dirigida à pessoa jurídica para induzir ao cumprimento da ordem, não estaria autorizado a redirecionar a multa coercitiva para a pessoa natural que corporifica a pessoa jurídica<sup>282</sup>.

Conclui-se dessa forma que a aplicação da multa a terceiros está fundamentada no §5º do art. 461 e é a interpretação mais correta da *mens legis*, pois coerente com o princípio da efetividade da tutela jurisdicional.

Entende-se, portanto, que a melhor interpretação do art. 461 do CPC, deve ser sempre no sentido de garantir a máxima efetividade possível dos meios coercitivos e sub-rogatórios, razão pela qual deve-se admitir a imposição da multa coercitiva em face de terceiros.

#### 4.5 A garantia do contraditório

Ainda que se autorize que os agentes públicos sejam constrangidos a cumprir o provimentos jurisdicional, na qualidade de terceiros, é necessário que lhes seja garantido o contraditório, com a possibilidade de sua participação no processo e as demais garantias inerentes ao devido processo legal<sup>283</sup>.

Considerando que os agentes públicos – e quaisquer terceiros – estão vinculados às ordens judiciais de forma a inclusive incidir sobre eles a multa pelo descumprimento do comando, não se admite que possam eles sofrer efeitos em sua esfera jurídica por uma decisão da qual não podem insurgir-se<sup>284</sup>.

É preciso, pois, que se outorgue a essas pessoas o poder de influir na decisão judicial, buscando, eventualmente, esquivar-se do seu cumprimento ou alterar a forma de efetivação, de modo a tornar a ordem menos prejudicial aos seus interesses<sup>285</sup>.

No mesmo sentido, Marcelo Lima Guerra reconhece que quando a efetivação da prestação jurisdicional requer um ato de terceiro, a imposição de multa diária ao agente público deve atender ao devido processo legal. Por essa razão, o autor sugere

---

<sup>282</sup> ZARONI, Bruno Marzullo. *Efetividade da execução por meio de multa*, p. 294

<sup>283</sup> *Ibid.*, p. 307.

<sup>284</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. *A efetivação de provimentos judiciais e a participação de terceiros*, p. 983-984.

<sup>285</sup> *Ibid.*, p. 984-985.

a abertura de um processo sumário e incidental para a imposição do meio executivo, pelo qual se possa garantir o contraditório e a ampla defesa<sup>286</sup>. Essa solução seria análoga ao modelo já previsto para exibição de coisa ou documento em poder de terceiro, previsto nos arts. 355 a 363 do CPC.

Excepcionalmente, pode ocorrer de a garantia do contraditório ter de ser protelada para um momento posterior à efetivação do ato judicial. É possível que a oportunização de prazo para que o destinatário da sanção se manifeste acarrete a demora, ou até mesmo o descumprimento da prestação jurisdicional.

Desse modo, a garantia da tutela jurisdicional restaria prejudicada em nome da observância da garantia do contraditório, o que se mostra incoerente com o arcabouço de garantias constitucionais.

Nas palavras de Sérgio Arenhart:

A convivência, no processo, de distintas garantias – sendo apenas uma delas a do contraditório – pode autorizar, em determinados casos, a sobreposição desse princípio por outro, impondo ao terceiro a efetivação da ordem, mesmo antes de poder opor-se a ela<sup>287</sup>.

Ainda de acordo com o autor, o emprego do meio executivo em face de terceiro sem sua prévia participação tem critérios semelhantes àqueles que autorizam a concessão de tutela de urgência. Nos casos em que a ciência do terceiro puder tornar sem efeito a medida, bem como nas situações de “urgência urgentíssima”, nas quais o simples decurso do prazo para manifestação já seria suficiente para causar ao autor dano irreparável, se justificaria o diferimento do direito à manifestação do terceiro para um momento posterior ao cumprimento da ordem judicial<sup>288</sup>.

Pelo que se expôs, conclui-se que adiar o cumprimento à garantia do contraditório é uma medida legítima quando se busca dar atendimento a outras garantias constitucionais, quais sejam, a da efetiva proteção ao direito material e a duração razoável do processo. De qualquer forma, tal medida deve ser temperada, a ser resolvida pelo método de solução do conflito aparente de normas<sup>289</sup>, e desde que se dê o procedimento em contraditório ao terceiro logo após que surjam os efeitos da decisão judicial.

---

<sup>286</sup> GUERRA, Marcelo Lima. *Direitos fundamentais e a proteção do credor na execução civil*, p. 133.

<sup>287</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. *Ibid.*, p. 987.

<sup>288</sup> *Ibid.*, p. 992.

<sup>289</sup> Vide ARENHART, Sérgio Cruz. *Ibid.*, p. 989-991.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo o que aqui se expôs, é possível extrair algumas conclusões. À luz de um direito processual informado pelo direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva, evidencia-se a necessidade de técnicas processuais propícias para a realização concreta dos direitos. Isso porque a preocupação com a efetividade do processo exige um aparato jurisdicional que priorize a tutela específica do direito, e não seu equivalente em pecúnia.

A efetivação da tutela jurisdicional depende não só da atividade legislativa na estruturação das técnicas processuais, como também de um magistrado comprometido em conduzir o processo para a realização do direito material. O sistema executivo do art. 461 e 461-A do CPC vai exatamente nesse sentido, na medida em que outorga ao juiz uma ampla margem de discricionariedade para a escolha do meio executivo que, no caso concreto, considera o mais apto para a realização do direito material.

Dentre as técnicas executivas, a multa coercitiva tem sido a mais utilizada pelos tribunais brasileiros. Sua relevância justifica-se por ser uma medida coercitiva que, se aplicada corretamente, constrange o demandado a cumprir a decisão judicial por meio de uma ameaça de prejuízo patrimonial. Conclui-se que a multa não tem finalidade ressarcitória, uma vez que não se vincula ao valor da obrigação principal e pode ser exigida mesmo no caso de posterior revisão da decisão descumprida. Seu fim imediato é induzir o devedor a atender ao comando judicial, mas também visa impor respeito à autoridade judicial e efetivar as ordens emanadas do poder jurisdicional. Prova disso é a possibilidade de o magistrado decretá-la de ofício, e majorar ou reduzir seu valor ante a renitência do devedor.

No entanto, para que suas funções se concretizem e que se mantenha seu caráter coercitivo, é imprescindível que a multa seja capaz de atingir uma vontade humana apta a cumprir a decisão judicial. Por isso, concluiu-se que ela se torna medida inócua quando direcionada para uma pessoa jurídica, ente abstrato ausente de vontade concreta capaz de ser coagida.

Notadamente quando cominada contra o Poder Público, a multa revela-se inoperante, pois o agente competente para a realização do comando judicial sente-se impune e desestimulado ao constatar que a multa não recairá sobre o seu patrimônio individual. Aliado a diversas prerrogativas da Fazenda Pública em juízo, o que se vê

é um grave quadro de descumprimento das decisões judiciais por parte dos entes públicos.

Para contornar tal problema, esse trabalho sugeriu o direcionamento da multa coercitiva ao agente público que corporifica a vontade da pessoa jurídica, para que se obtenha a efetividade da decisão judicial.

A hipótese aventada encontrou respaldo no art. 461, §5º que, pelo seu sistema atípico de meios executivos, autoriza o magistrado a aplicar as técnicas ali insertas sempre no sentido de garantir a máxima efetividade possível dos meios coercitivos e sub-rogatórios.

Não só por esse argumento, a imposição da multa coercitiva aos agentes públicos mostrou-se medida ideal quando o Poder Público for o devedor da obrigação. Sempre que esta for a melhor solução para se tutelar o direito material no caso concreto, o magistrado assim deve fazê-la, pois em consonância com o direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Laura Sirangelo Belmonte de. Multa coercitiva (arts. 461 e 461-A, CPC): uma abordagem à luz do direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva. In: MITIDIERO, Daniel (Org.). **O processo civil no estado constitucional**. Salvador: Juspodivm, 2012. p. 67-127.

ALEIXO, Pedro Scherer de Mello. O direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva na ordem jurídica brasileira. In: MONTEIRO, A. P.; NEUNER, J.; SARLET, I. W. (Org.). **Direitos fundamentais e direito privado**: uma perspectiva de direito comparado. Coimbra: Almedina, 2007. p. 417- 435.

AMARAL, Guilherme Rizzo. *As astreintes* e o novo Código de Processo Civil. **Revista de Processo**, São Paulo, nº 182, ano 35, abr. 2010. p. 181-214.

\_\_\_\_\_. **As astreintes e o processo civil brasileiro**: multa do artigo 461 do CPC e outras. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

ARENHART, Sérgio Cruz. **A doutrina brasileira da multa coercitiva**: três questões ainda polêmicas. Disponível em: <[http://www.academia.edu/214439/A\\_DOUTRINA\\_BRASILEIRA\\_DA\\_MULTA\\_COERCITIVA - TRES QUESTOES AINDA POLEMICAS](http://www.academia.edu/214439/A_DOUTRINA_BRASILEIRA_DA_MULTA_COERCITIVA_-_TRES_QUESTOES_AINDA_POLEMICAS)> Acesso em 02/07/2014.

\_\_\_\_\_. A efetivação de provimentos judiciais e a participação de terceiros. In: DIDIER JR., Fredie; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). **Aspectos polêmicos e atuais sobre os terceiros no processo civil** (e assuntos afins). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. p. 951-993.

\_\_\_\_\_. **A tutela inibitória da vida privada**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de direito administrativo**. 27<sup>a</sup> ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção de um novo modelo**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BUENO, Cassio Scarpinella. Tutela antecipada e ações contra o Poder Público (Reflexão quanto a seu cabimento como consequência da necessidade de efetividade do processo). In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). **Aspectos polêmicos da antecipação de tutela**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997. p. 37-100.

CORTEZ, Claudia Helena Poggio. O alcance subjetivo da multa coercitiva do art. 461, § 4º, CPC. **INTERTEMAS**, Presidente Prudente, v. 15, n. 15, 2011. p. 124-142. Disponível em: <  
<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/INTERTEMAS/article/view/2774>  
 > Acessado em 01.10.14

DINAMARCO, Cândido Rangel. **A instrumentalidade do processo**. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

\_\_\_\_\_. **Instituições de Direito Processual Civil**. Vol. I. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

\_\_\_\_\_. **Instituições de Direito Processual Civil**. Vol. III. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

\_\_\_\_\_. **Instituições de Direito Processual Civil**. Vol. IV. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

\_\_\_\_\_. **A reforma da reforma**. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro**. Vol. III. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Paixão e morte do “contempt of court” brasileiro (art. 14 do Código de Processo Civil). In: CALMON, Eliana; BULOS, Uadi Lammêgo (Coord.). **Direito processual (inovações e perspectivas)**: estudos em homenagem ao ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira. São Paulo: Saraiva, 2003. p.1-11.

GUERRA, Marcelo Lima. **Direitos Fundamentais e a proteção do credor na execução civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

\_\_\_\_\_. Execução contra o poder público. **Revista de Processo**, São Paulo, nº 100, ano 25, out./dez. 2000. p. 61-80.

\_\_\_\_\_. **Execução Indireta**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

HERTEL, Daniel Roberto. **Técnica processual e tutela jurisdicional: a instrumentalidade substancial das formas**. 2004, 176 p. Dissertação (Mestrado em Direitos e Garantias Constitucionais Fundamentais) – Faculdade de Direito de Vitória, Espírito Santo, 2004.

MACHADO, Hugo de Brito. Descumprimento de decisão judicial. **Revista da Ajufe**, Brasília, nº 70, ano 21, abr./jun. 2002, p. 209-221.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Novas linhas do processo civil: o acesso à justiça e os institutos fundamentais do direito processual**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

\_\_\_\_\_. **Técnica processual e tutela dos direitos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

\_\_\_\_\_. **Técnica processual e tutela dos direitos**. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

\_\_\_\_\_. **Tutela inibitória**. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. **Curso de Processo Civil** – Processo de Conhecimento. v. 2, 10ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. **Curso de Processo Civil** – Execução. v. 3, 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **O projeto do CPC: críticas e propostas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

MARZAGÃO, Newton Coca Bastos. **A multa (*astreintes*) na tutela específica**. 260 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 24ª ed. atualizada por Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho. São Paulo: Malheiros, 1999.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. Notas sobre o problema da “efetividade” do processo. In: GRINOVER, A. P. (et al.). **Estudos de direito processual em homenagem a José Frederico Marques no seu 70º aniversário**. São Paulo: Saraiva, 1982. p. 203-220.

NASCIMBENI, Asdrubal Franco. **Multa e prisão civil como meios coercitivos para a obtenção da tutela específica**. Curitiba: Juruá, 2005.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. Os direitos fundamentais à efetividade e à segurança em perspectiva dinâmica. In: **Revista Jurídica da Seção Judiciária de Pernambuco**, n. 1, 2008. p. 57-74. Disponível em: <<https://revista.ifpe.ius.br/index.php/RJSJPE/article/view/66>> Acesso em 30/06/14.

\_\_\_\_\_. Efetividade e tutela jurisdicional. In: MACHADO, F. C.; AMARAL, G. R. (Orgs.). **Polêmica sobre a ação: a tutela jurisdicional na perspectiva das**



relações entre direito e processo. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006. p. 83-109.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado das ações**. Vol. 1: Ação, classificação e eficácia. São Paulo: Revista dos tribunais, 1970.

ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. O direito constitucional à jurisdição. In: TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo (Coord). **As garantias do cidadão na justiça**. São Paulo: Saraiva, 1993. p. 31-51.

SPADONI, Joaquim Felipe. A multa na atuação das ordem judiciais. In: SHIMURA, Sérgio; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). **Processo de execução**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. 482-508.

TALAMINI, Eduardo. **Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer**: e sua extensão aos deveres de entrega de coisa (CPC, arts. 461 e 461-A, CDC, art. 84). 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Tutela específica das obrigações de fazer e não fazer. In: **Revista de Processo**, São Paulo, nº 105, ano 27, jan/mar 2002. p. 9-32.

TUCCI, José Rogério Cruz e. **Lineamentos da Nova reforma do CPC**: Lei 10.352, de 26.12.2001, Lei 10.358, de 27.12.2001, Lei 10.444, de 07.05.2002. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

VIANA, Juvêncio Vasconcelos. **Efetividade do processo em face da Fazenda Pública**. São Paulo: Dialética, 2003.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. O “contempt of court” na recente experiência brasileira: Anotações a respeito da necessidade premente de se garantir efetividade às decisões judiciais. **Revista de Processo**, São Paulo, nº 119, ano 30, jan. 2005. p. 34-59.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; ALVIM NETTO, J.M.A. O grau de coerção das decisões proferidas com base em prova sumária: especialmente, a multa. In: **Revista de Processo**, São Paulo, nº 142, ano 31, dez. 2006. p. 7-19.

WATANABE, Kazuo. Tutela antecipatória e tutela específica das obrigações de fazer e não fazer (arts. 273 e 461 do CPC). **Revista da Ajuris**, Porto Alegre, nº 66, mar. 1996. p. 161-190.

ZARONI, Bruno Marzullo. **Efetividade da execução por meio de multa: a problemática em relação a pessoa jurídica**. 347 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.